

Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse

Palácio do Planalto, 1º de janeiro de 2007

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

É com muita emoção que eu subo a este Parlatório para conversar um pouco com vocês. Hoje é para mim um dia de profunda emoção. Primeiro, porque ser Presidente da República do meu País, eu recebo isso como uma bênção de Deus, porque eu digo sempre que chegar onde eu cheguei, saindo de onde eu saí, eu só posso dizer que existe um ser superior que decide os destinos de cada um de nós e, por isso, eu estou aqui.

Mas estou aqui, também, por causa de vocês. Eu sou profunda e eternamente grato ao comportamento do povo brasileiro nesses quatro anos do meu mandato. Em momentos muito difíceis, quando alguns imaginavam que o jogo tinha acabado, o povo entrava em campo e dizia claramente: nós construímos a democracia deste País e nós vamos sustentar a democracia deste País, custe o que custar, doa a quem doer.

Sou profundamente grato a essa convivência com meu companheiro José Alencar, meu vice-presidente da República. Este homem que, na minha opinião, também por obra de Deus, fez com que nós nos encontrássemos, e embora tivéssemos origens muito semelhantes, ele trilhou um caminho e eu trilhei outro: ele foi para a vida empresarial e se transformou num grande empresário, um dos maiores do nosso País, e eu trilhei o caminho do movimento sindical. E, por conta de vocês, eu me transformei numa pessoa importante na política brasileira, e quis Deus que um belo dia eu encontrasse o José Alencar em Belo Horizonte, ouvi um pronunciamento dele e, depois que o ouvi falar, eu saí de lá convencido de que nós tínhamos encontrado um jeito de unificar capital e trabalho na Presidência da República e na Vice-Presidência, e saí de lá convencido de que eu tinha conquistado o meu vice. E sou profundamente grato pela lealdade, pelo companheirismo e pela compreensão que este homem tem, da defesa dos interesses nacionais, dos interesses brasileiros.

Sou profundamente grato à compreensão da dona Marisa Letícia que, nesses quatro anos, esteve junto comigo, nos bons e nos maus momentos. E, certamente, José Alencar e eu somos gratos também à dona Mariza, a esposa do José Alencar, porque certamente nos momentos difíceis ela era o ombro, o consolo e a consciência política para nos afirmar: “Continuem lutando, porque a única coisa que vale, que compensa, é a gente continuar lutando para garantir as conquistas que esse povo tão sofrido vem conquistando ao longo dos anos”.

Sou muito grato aos companheiros do Congresso Nacional, aos deputados e senadores que ajudaram com que o debate político, mesmo quando estava mais radicalizado, não atrapalhasse que as coisas de interesse da nossa Nação fossem votadas e conseguimos aprovar praticamente tudo o que o governo mandou ao Congresso Nacional e, certamente, o Congresso Nacional, pela sua pluralidade, pela sua prática democrática e por ser a consciência do povo brasileiro no dia das eleições, continuará ajudando para que este País continue dando certo e crescendo.

Quero agradecer aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres e aos homens deste País que não só nos ajudaram a consolidar a democracia, mas saíram às ruas para conquistar aquilo que durante muitos e muitos anos nós tentávamos conquistar e não conseguíamos.

Eu me lembro de que quando fui dirigente sindical, a gente tinha até dificuldade de entrar no Congresso Nacional. Neste Palácio, nem pensar. Hoje, os trabalhadores conquistaram não apenas o direito de fazer acordos salariais melhores do que faziam antes, os trabalhadores conquistaram um aumento de salário mínimo que é o maior dos últimos 30 anos, os trabalhadores conquistaram o direito de entrar nesta Casa como se esta Casa fosse a casa deles, porque não pode ser diferente, o palácio de um governo tem que ser o palácio do povo brasileiro.

Eu sinto orgulho, porque normalmente os palácios presidenciais são feitos para um determinado tipo de gente e, na minha concepção, o palácio do Presidente da República precisa receber rainhas, precisa receber reis, precisa receber príncipes, precisa receber empresários, pequenos, grandes e médios, precisa receber deputados, senadores, governadores, mas este Palácio precisa se habituar, a partir do meu governo, a receber aqueles que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos, para reciclar e fazer desse trabalho penoso

a sua sobrevivência com dignidade.

Este Palácio precisa aprender a receber as minorias marginalizadas deste País. Este Palácio precisa aprender a receber os negros, os índios, as mulheres. E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio, quanto mais entrar nele.

E fazemos isso porque queremos consolidar a democracia brasileira de tal forma, numa relação sadia e produtiva com a sociedade, participando das conferências nacionais, ouvindo o povo, porque é com a sabedoria popular que o governante aprende a errar menos e a acertar mais, e vou continuar governando desse jeito: ouvindo cada vez mais, porque eu aprendi que, na sua sabedoria divina, Deus fez a gente com uma boca para falar menos e dois ouvidos para escutar mais, e isso falta um pouco na política nacional.

Por fim, meus companheiros e companheiras, se me permitem tratá-los assim, eu quero dizer para vocês que os quatro anos que temos pela frente são quatro anos mais compensadores mas, ao mesmo tempo, mais difíceis do que os primeiros quatro.

Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos, tenho noção que já fizemos muito. Mas, ao mesmo tempo, tenho noção que diante das necessidades do povo e diante da quantidade de décadas e décadas de dívida social com o povo brasileiro, mesmo fazendo muito, nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito para que a gente possa tornar o Brasil um país mais justo, mais equânime, onde todas as pessoas possam conquistar a cidadania plena, com o direito de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer, a tomar café de manhã, almoçar, jantar, tirar férias e cuidar da sua família. E ter a certeza de que os seus filhos vão estudar numa escola de qualidade e que os filhos das pessoas mais pobres deste País têm que sonhar em ter acesso à mesma universidade do filho do mais rico deste País, porque é assim que a gente vai construir uma democracia forte, uma democracia sólida.

Quero agradecer a todos vocês. Eu digo sempre que se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo. Eu, na política, já fui enganado muitas vezes. Muitas vezes, a gente vê as pessoas próximas da gente desaparecerem. Agora, nessa minha relação com o povo brasileiro, desde quando eu comecei, no movimento sindical, em 1969, em nenhum momento difícil da minha história esse povo

faltou com a solidariedade, com o companheirismo, assumindo, às vezes, a tarefa de fazer aquilo que nós não tínhamos condições de fazer.

Quero dizer a vocês que esses próximos quatro anos serão quatro anos de muito trabalho. E vamos trabalhar mais do que trabalhamos no primeiro, porque já conhecemos os caminhos das pedras, já conhecemos onde é que as coisas, muitas vezes, emperram. E nós, que sabemos que a economia brasileira precisa crescer, gerar empregos e distribuição de renda, sabemos que precisamos destravar o País para que ele possa crescer, para que ele possa gerar a quantidade de empregos, e empregos formais, com carteira assinada, porque aí, sim, o trabalhador brasileiro vai estar mais qualificado e vivendo um pouco melhor.

Quero agradecer aos nossos convidados que estão aqui. Muita gente importante, eu estou vendo daqui, muita gente que veio, nesta segunda-feira chuvosa, prestigiar esta posse, que lamentavelmente a gente não conseguiu mudar e continua sendo no dia 1º de janeiro, quando poderia ser numa sexta-feira, para a gente fazer, realmente, uma grande festa.

Quero olhar na cara de cada homem e de cada mulher e dizer para vocês: eu e o companheiro José Alencar, se for necessário, daremos a nossa vida para que a gente possa cumprir cada palavra e cada compromisso que assumimos com vocês, para que a gente possa fortalecer a democracia do nosso País, para que a gente possa garantir que a parte mais pobre da população seja tratada com o respeito e com a decência que deveria ter sido tratada há muito tempo, porque se assim o fosse nós não teríamos a quantidade de pobres que temos no Brasil.

Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos. Sou Presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro.

Por isso, meus companheiros e companheiras, eu vou parar por aqui, dizendo a vocês – porque depois eu vou descer aí para dar um abraço em vocês – que nós, este mês, já lançaremos o pacote de propostas para o desenvolvimento deste País. Isso foi discutido com empresários, com

trabalhadores, e nós queremos fazer com que o Brasil crie um momento de confiança e de otimismo.

Aqueles que apostarem no fracasso do Brasil serão derrotados. Aqueles que acreditarem que este País nasceu para ser um país de crescimento inibido, para ser um país de eterno pequeno crescimento, podem começar a se preparar porque este País vai ter um crescimento vigoroso. Mas não um crescimento como tivemos em outra época, em que o País crescia e o povo continuava pobre, o País crescia e não se distribuía o resultado desse crescimento. Nós temos que ter consciência de que o País precisa crescer, mas o que precisa crescer, também, concomitante com o crescimento da economia, com o crescimento da indústria, com o crescimento da agricultura, é o crescimento da melhoria da qualidade de vida das nossas crianças, das nossas mulheres, dos nossos jovens. É o crescimento da oportunidade para uma educação de qualidade, é o crescimento de uma distribuição de renda em que o povo possa viver com mais dignidade, viver melhor e cuidar da sua família.

Eu estou convencido de que o que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada é resultado de um processo de degradação da estrutura da sociedade brasileira, causada, quem sabe, pela perda de valores, quem sabe por problemas que precisam ser resolvidos a partir de dentro da nossa casa, porque é preciso que a família brasileira seja a base, o alicerce, dessa sociedade pujante que nós queremos criar. Se dentro da família houver desagregação, se pai e mãe não se entenderem, se filho e pai não se entenderem, tudo vai ficar mais difícil, e não será a polícia que vai resolver. O que vai resolver é cada um de nós voltar os nossos olhos para o que aconteceu no Rio de Janeiro e não ficar culpando o governo do estado, não ficar culpando o Presidente da República ou o prefeito da cidade, porque aquilo que está acontecendo é resultado de erros históricos acumulados por toda a sociedade brasileira, que precisa, também, a sociedade como um todo, assumir a responsabilidade de ajudar os estados, os municípios e o governo federal, a encontrar uma solução definitiva. Eu não creio que tenha, no Brasil, nenhuma alma que possa compactuar com a barbaridade que foi feita por alguns facínoras.

O que eu queria dizer para vocês, e quero aproveitar porque eu sei que o governador Sérgio Cabral está aqui, como também quero falar para os governadores de outros estados: eu vou discutir com o meu Ministro da Justiça, porque essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum. Isso é terrorismo e tem que ser combatido com uma política forte e com uma mão forte do Estado brasileiro. Aí já extrapolou o banditismo convencional que nós conhecíamos. Quando um grupo de chefes, de dentro da cadeia, consegue dar ordens para fazer uma barbaridade daquelas, matando inocentes, eu quero dizer ao meu governo e aos governos estaduais: nós precisamos discutir profundamente, porque o que aconteceu no Rio de Janeiro foi uma prática terrorista das mais violentas que eu tenho visto neste País e, como tal, tem que ser combatida. Se tem uma coisa que nós precisamos garantir é o direito de homens livres e honestos, homens trabalhadores, saírem de casa de manhã e voltarem para casa à tarde com o sustento da sua família. Nós não podemos continuar permitindo a inquietação dentro de cada casa, a inquietação dentro de cada cidade ou de cada estado, e essa é uma tarefa que não é de um homem e não é de um partido, é de toda uma nação, de todos os estados e de todas as cidades.

Eu tenho certeza de que nós teremos quatro anos de muito otimismo neste País, de muito crescimento. Por isso, em meu nome, em nome de José Alencar, da minha Marisa e da Mariza do José Alencar, em nome do meu governo, em nome dos meus Ministros, em nome do povo brasileiro, eu quero, mais uma vez, dizer: obrigado, meu Deus, por vocês existirem e terem a compreensão que vocês têm, porque só vocês podem ajudar este País a dar o salto de qualidade que o nosso País precisa.

Muito obrigado. Feliz Ano Novo e amanhã é dia de nós dizermos, em alto e bom som: deixa o homem trabalhar, senão o País não cresce como precisa crescer. Um abraço.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao atendimento de 5 milhões de pessoas pelo Programa Luz para Todos

Palácio do Planalto, 02 de janeiro de 2007

Primeiro, quero dizer para vocês que quando a Dilma era ministra de Minas e Energia, o Silas era presidente da Eletrobrás, e esse Programa me foi apresentado, a Dilma me apresentou com um otimismo que, na época, eu achei exagerado, porque a gente tinha se comprometido, pelas estatísticas que tínhamos nas mãos, de atender, na verdade eu acho que eram 12 milhões de brasileiros que nós, supúnhamos, não tinham energia elétrica.

O que nós estamos constatando agora é que depois que começamos o Programa, o número que nós tínhamos talvez seja superado pela realidade. Ou seja, a teoria é outra, na prática, a gente vai constatar que tem mais gente sem luz do que aquilo que estava previsto nos estudos que nós tínhamos até então.

Eu não poderia deixar de agradecer, no dia de hoje, aos companheiros que são responsáveis pelo Programa nos estados, ao nosso querido ministro Silas e aos companheiros das empresas do Grupo Eletrobrás, porque este é um programa que habitualmente não poderia ser feito, porque quando se encomenda um estudo numa consultoria, eles vão dizer que esse Programa não teria viabilidade econômica, não tendo viabilidade econômica, portanto, não é um programa que deveríamos dar prioridade, porque é um programa caro. Isso é que nem telefonia no interior do País, ou seja, é muito fácil vender telefone nos grandes centros urbanos, mas quando tem que colocar telefone no interior do País já fica mais caro, fica mais difícil.

E a energia elétrica é a mesma coisa. Uma coisa é colocar energia no centro de uma cidade, onde num poste só você vai iluminar uma quantidade enorme de casas. Mas, nesse caso, nós temos que sair pelo Brasil procurando as casas, porque às vezes elas estão escondidas no meio do mato, onde não vai pesquisador do Ibope, não vai pesquisador de outro instituto qualquer, porque é muito distante, então, habitualmente, só quem mora lá é quem vai lá. Lá não vai cobrador de imposto, lá não vai cobrador de luz, lá não vai Correio,

às vezes, possivelmente, chegue o Correio, muitas vezes não chega porque não tem nem endereço, não tem rua.

Então, atender a esses companheiros é ter a clareza de que nós estamos fazendo política social, é ter clareza de que nós estamos fazendo política de inclusão. E nós não teríamos feito isso, se não fosse a dedicação de vocês. E nós sabemos que podemos fazer mais. O Programa teve momentos encruados, não foram poucas as vezes que eu liguei para o Silas e cobreí do Silas o que estava acontecendo em tal estado, porque não estava acontecendo, porque o governador não estava colocando a sua parte, e se o governador não colocar, nós vamos tomar a decisão, vamos nós fazer esse Programa, porque o que importa não é ficar brigando com A ou com B, mas fazer com que chegue a energia na casa das pessoas.

E eu falo desse Programa com muito orgulho, porque eu fui numa cidade da Bahia, Santo Estevão, inaugurar o Programa. Eu tinha ido a Vitória da Conquista ao meio-dia e descobri que não tem sentido você inaugurar ao meio-dia, porque o sol estava muito quente e a gente nem viu a luz acesa, de tanta claridade do sol. E eu queria ir à noite porque, como eu vivi até os sete anos de idade à base do candeeiro, eu queria saber qual era a emoção que as pessoas sentiam quando se acende um bico de luz dentro de casa. Não precisa ter lustre não, não precisa ser uma coisa chique, apenas um bico de luz.

E nós chegamos numa casa para acender a luz, tinha duas senhoras e seis crianças com uma lamparina, que era uma lata de refrigerante com um pavio. Primeiro, a casa estava toda suja da fumaça do candeeiro e, depois, o cheiro do querosene o tempo inteiro queimando ali. Depois, as pessoas não conseguiam enxergar muito, não. Não dá para uma pessoa ler, não dá para uma pessoa escrever, não dá para uma pessoa colocar o botão de uma camisa, efetivamente não dá, as pessoas fazem porque contam com a luz de Deus iluminando um pouco a sua vontade.

Eu me lembro que peguei na mão da mulher, levei na tomada e apertei a tomada, aquilo era como se fosse um milagre, porque é você tirar uma pessoa do século XVIII e trazê-la para o século XXI numa fração de milésimos de segundos.

Possivelmente as pessoas que moram nas cidades, quem já nasceu no centro de Brasília, no centro de São Paulo, com luz elétrica, de vez em quando,

quando falta luz ficam irritadas, xingam todo mundo, porque têm que subir um apartamento de 10 andares, têm que subir pela escada, o elevador não funciona, ou estão no restaurante comendo e não conseguem comer, ficam nervosas, imaginem a dona Lucrecia e seu marido, que são casados há 57 anos e viveram esses 57 anos sem energia elétrica.

Ou seja, imaginem o milagre da sobrevivência, num país que já teve oportunidades extraordinárias no século passado, de se transformar numa grande nação, e cada vez mais as pessoas vão sendo escoraçadas para as periferias das cidades, dos campos, e cada vez mais essas pessoas vão sendo esquecidas pelo poder público.

A decisão que nós tomamos é de que todo brasileiro tem direito a ter energia elétrica na sua casa. E por quê? Porque a energia elétrica simboliza a possibilidade dessa pessoa dar o passo seguinte. Tratar de uma pessoa doente com energia elétrica fica mais fácil, somente quem já teve que levantar no escuro para procurar um comprimido para dor de cabeça ou para dor de dente, sabe o quanto a energia elétrica ajuda. Além disso, os benefícios materiais que vão chegando, ou seja, tudo aquilo que as pessoas acham que é comum terem e que no campo não tem. O tempo em que as pessoas matavam um porquinho, derretiam toda a banha, davam uma pré-cozida na parte comível, do boi ou do porco, e colocavam dentro da banha, porque se não colocar estraga a carne, ainda tem muitos brasileiros vivendo assim.

Então, levar energia elétrica para essas pessoas é dizer o seguinte: olha companheiro, você está vivendo no meio do mato, mas você está produzindo coisas para nós da cidade comermos. E se nós, na cidade, podemos ter uma geladeira para guardar a nossa comida, por que você, no campo, também não tem que ter? Por que não pode ter uma televisãozinha, por mais simples que seja? Como é a vida de uma criança hoje, sem televisão?

Eu me lembro Dilma, que eu morava na Vila Carioca e não tinha televisão, aí eu ia na casa de uma vizinha assistir televisão e, por ser visita, a gente não sentava no sofá, a gente sentava no chão, o sofá era do dono da casa, o que era correto, a casa era deles, mas a gente não podia viver sem uma televisão, a gente queria ver os desenhos, queria ver o jogo. Eu me lembro que tinha um bar e, quando a gente jogava, naquele tempo a luta livre era muito famosa, estou falando do começo da década de 60, e quando ia ter

luta livre, que era quinta-feira, a gente só podia assistir a luta livre se tivesse dinheiro para gastar no bar. Como a gente era moleque e não tinha dinheiro, não via a luta livre. Jogo de futebol, para a gente ver, tinha que pagar, comprar um refrigerante, senão a gente não via. E naquele tempo eram milhões de brasileiros que não tinham televisão.

Eu fico imaginando, hoje, o que é para um jovem do campo ter acesso a um centro de computação, ter acesso à Internet. É uma revolução que muitas vezes a gente não consegue pensar a partir de Brasília. Eu acho que somente quem viveu isso e quem vive isso é que sabe a importância desse benefício chegar à casa das pessoas. Tem muita gente que fala: bom, mas o governo está gastando 6 bilhões e meio de reais nesse programa e não tem viabilidade econômica, porque se estivesse fazendo uma estrada poderia ser melhor.

Pensado do ponto de vista eminentemente econômico é verdadeiro, mas pensado do ponto de vista do humanismo, do social, pode ter maior benefício do que a gente levar modernidade para a casa das pessoas que trabalharam a vida inteira e que não têm culpa de morar lá, não têm culpa de não ter energia elétrica, não têm culpa de não ter tido acesso a muitas coisas?

Imaginem vocês um estado como o Rio Grande do Sul, que é um estado que conseguiu evoluir acima da média nacional, você imaginar que ainda não tem energia elétrica? Se você chega para um jovem, aqui de Brasília ou de São Paulo, e pergunta: você acredita que tem algum lugar que não tem energia elétrica? Ele vai dizer “não”. Quando, na verdade, na periferia da cidade dele ainda tem lugar que não tem energia elétrica.

Eu me lembro, em Ilha Solteira, que tinha a Hidrelétrica de Urubupungá, e tinha uma ilha perto. Passava aquele monte de torre por cima da ilha, e aquela ilhinha, em que morava um grupo de pessoas, não tinha energia elétrica, porque não era economicamente viável.

Este País não pode ser pensado apenas assim. Ele tem que ser pensado assim, mas tem que saber que tem coisa que, do ponto de vista do “economês”, não é aquilo que o economista diz que é viável, mas do ponto de vista social, do ponto de vista da solidariedade, do ponto de vista dos compromissos do governo, nós temos que gastar 6 bilhões e meio. Já gastamos 6 bilhões até agora, neste Programa, e podem ficar certos que nós vamos gastar mais 6 bilhões e meio, mais 7 bilhões, e vamos comemorar, em

2008, o atendimento a todos os brasileiros porque agora, também, os eletricitistas já aprenderam a trabalhar melhor, os feitores de postes já aprenderam a fazer melhor, os companheiros, nossos parceiros nos estados, das empresas do Grupo Eletrobrás, também já sabem que não podem vacilar, não têm que medir distância, não têm que ficar brigando com o governador. Ninguém está lá para brigar com o governador, a gente está lá para fazer o programa. Se ele quiser pôr o dinheiro, nós agradecemos, se não quiser pôr, nós vamos lá, vamos fazer o Programa, porque nós assumimos um compromisso com o povo brasileiro.

No mais, Silas, eu quero dizer para você que esse é um Programa que mexe com a vida das pessoas, e nós temos o direito e a obrigação de fazer mais do que estamos fazendo. Faz um ano que eu estou pedindo aos ministros da área social: nós temos que ter uma espécie de pacote de cidadania, ou seja, quilombola, terra indígena, assentamento, periferia mais pobre, nós temos que chegar lá com saúde, com educação, com luz, com computador, porque é assim que a gente vai deixar o Brasil mais igualmente justo, ou pelo menos criar condições de dar oportunidade a todos.

Por isso, eu queria, primeiro, dar os parabéns a vocês. E que vocês continuem acreditando, continuem trabalhando e continuem cobrando do governo. Segundo, dizer para vocês que não poderia ser um dia melhor do que 2 de janeiro, para que a gente pudesse ter este encontro, aqui, com vocês. Este encontro, além de me obrigar a desejar feliz Ano Novo para todos vocês, em 2007, eu queria dizer que os números são... Eu, pelo menos, acho que a maioria das pessoas não tem dimensão dos números. Quando a gente fala em 416 mil quilômetros de cabos, quando a gente fala em 2 milhões de postes, quando a gente fala em 334 mil transformadores, eu não sei se algumas cidades grandes têm essa quantidade de transformadores. Possivelmente, se a gente for contar, os transformadores de Porto Alegre não chegam à metade disso, de São Paulo e de outros lugares. Porque essa é a tarefa e essa é a obrigação do Estado porque, como não é economicamente viável, nenhuma empresa terá o coração tão grande para levar tanto cabo, tanto poste, tanto transformador, se economicamente não tem retorno. Mas é obrigação do Estado e somente o Estado é capaz de fazer política desse tipo. Se for para iluminar a Esplanada dos Ministérios, pode ver que tem 80 empresas fazendo

concorrência, mas peça para levar lá no Sertão, onde mora a dona Lucrecia, que não aparecerá uma empresa para a licitação de um processo porque economicamente não é rentável. O Estado não está pensando em renda, o Estado está pensando em cidadania. E isso nós vamos cumprir, custe o que custar.

Meus parabéns a todos vocês, meus parabéns aos nossos colaboradores do sistema Eletrobrás, e vamos continuar conversando com os governadores, vamos tentar fazer. Houve posse ontem para governadores, eu acho que há muito mais boa vontade no ar, e acho que nós temos muito mais facilidade para fazer esse Programa atingir a sua meta. Podem ficar certos que eu vou cobrar muito de vocês, eu cobro do Silas, cobro da Dilma, ela cobra do Silas, o Silas cobra de vocês, e assim a gente vai vendo o nosso povo mais feliz.

Parabéns gente.

Leia a entrevista e o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/pr004-2.doc>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL020107.DOC>



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
cerimônia de sanção da lei que estabelece diretrizes nacionais para o
saneamento básico**

Palácio do Planalto, 05 de janeiro de 2007

Companheiro Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,
Ministra Dilma Rousseff,
Ministro Márcio Fortes,
Ministro Paulo Sérgio, dos Transportes,
Ministra Marina,
Ministro Silas,
Ministro Tarso Genro,
Senador Romero Jucá,
Deputada Maria do Carmo,
Deputados Arlindo Chinaglia, Feu Rosa, João Tota e Julio Lopes, que foi
o relator dessa Lei,

Meu caro Demian Fiocca, presidente do BNDES,
Maria Fernanda, presidente da Caixa Econômica federal,
Companheiro Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, que está aqui
pronto para outra reunião,
Deputados,
Senador César Borges, que foi o relator, não está presente no Senado,
Meu caro Abelardo, que está trocando as margens do Lago Paranoá
pelas margens da praia de Itapuã ou de Itaparica,

Companheiros jornalistas,
Quero apenas lembrar a vocês o seguinte: há um ditado que diz que
“quando a cabeça não pensa, o corpo padece”. Uma mesma lei, mais ou
menos similar a essa, foi vetada na sua íntegra no dia 5 de janeiro de 1995. O



PLC 199, que instituía o marco regulatório do saneamento básico, aprovado pela Câmara, foi vetado.

Estou lembrando isso para dizer que são praticamente 11 anos de retrocesso numa das políticas mais importantes para que o Brasil enfrente a melhoria da qualidade de vida do seu povo e para que o Brasil assuma definitivamente o compromisso de cumprir as Metas do Milênio, proposta essa também assumida pelo governo brasileiro, em Roma.

Eu não poderia deixar de dizer umas palavras aqui, para agradecer ao Congresso Nacional. Vira e mexe aparece que o Congresso Nacional e o Poder Executivo estão sempre em guerra, aparece que a oposição não quer deixar fazer as coisas quando, na verdade, a briga no Congresso Nacional faz parte do exercício da existência democrática do País e faz parte da existência das diferenças ideológicas entre nós.

As experiências que eu tenho nesses quatro anos que terminaram e nesses seis dias que começaram é que pode ter um dia a mais de briga, pode ter um discurso a mais, mas no fundo, no fundo, o Congresso termina aprovando aquilo que significa conquista para o nosso País. Essa Lei é uma conquista para o Brasil e é uma conquista que a gente deve aos deputados e senadores, mas a gente deve aos empresários, a gente deve aos trabalhadores, a gente deve às ONGs, nós devemos isso aos movimentos social e popular que muito se engajaram, eu sei quantas horas o Julio Lopes ganhou ou empatou aqui no Palácio de Governo, na Casa Civil, discutindo os acordos para chegarmos a essa regulamentação e a essa definição.

O Brasil começa o ano de 2007 dizendo ao mundo que finalmente nós resolvemos tratar a questão do saneamento básico como uma política pública do Estado brasileiro. Não tem como a União, os estados e as cidades acharem que o problema e a solução para o saneamento básico se devem apenas a privatizar o setor. Não. Nós não temos como abrir mão de cuidar de uma coisa que é essencial para milhões e milhões de seres humanos que habitam neste



País e que prescindem de coisas elementares como água potável, prescindem de uma coisa elementar como coleta de esgoto e prescindem de tratamento desse esgoto. Nós estamos dizendo ao mundo: “olha, o Brasil está entrando na esfera do Primeiro Mundo de cabeça erguida, com uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, com a participação da sociedade, para definir, de uma vez por todas que, a depender do governo federal e, eu tenho certeza, dos governos estaduais e municipais, não haverá momento na história futura deste País em que a gente deixe de priorizar recursos para o saneamento básico.

O que acontecia, até ontem? E nós tentamos remediar isso nos últimos quatro anos. É que, numa determinada época, colocava-se 4, 5 ou 6 bilhões para o saneamento básico, mas aí tinha uma coisa chamada “fila burra”, em que o dinheiro estava disponibilizado e ninguém tinha acesso a esse dinheiro porque algumas entidades, algumas empresas, alguns estados ou algumas cidades que precisavam do dinheiro entravam na fila e, como não tinham projetos e estavam inadimplentes, não podiam pegar; o segundo ficava esperando o primeiro; havia interesse, na época, do Banco Central não permitir a liberação do dinheiro. Então, o dinheiro estava disponibilizado e, no final do ano, do total disponibilizado, uma migalha... Eu me lembro, no último ano, em 2002, apenas 262 milhões de reais foram liberados, de não sei quantos bilhões disponibilizados.

Depois, nós temos um problema, que é a falta de capacidade de investimento, de endividamento de estados e municípios, de empresas. Depois, tem uma coisa nova que nós criamos aqui, que é a possibilidade do consórcio entre cidades, que pode permitir a gente evoluir para que um conjunto de cidades possam fazer uma dívida que uma, sozinha, não poderia fazer. E a coisa mais sagrada nisso tudo é a gente assumir o compromisso de criar uma carteira.

Eu digo sempre, Júlio, que investimento em saneamento básico é que nem um escritório de advogado. O cidadão se forma, ele fica um ano para



pegar o primeiro cliente, aí pega o segundo, o terceiro. Ou seja, depois de seis ou sete anos, começa a sair a primeira sentença, é que ele começa a ganhar o primeiro dinheiro dele. E aí, se ele for um bom advogado, não pára mais de ganhar dinheiro, porque vai ter mais clientes para atender. Saneamento básico é a mesma coisa. Todo ano o governo tem que disponibilizar dinheiro, seja dinheiro do Orçamento da União, seja dinheiro de financiamento, para que a gente tenha uma carteira que seja sustentável, uma carteira que seja definitiva, para que todo mundo saiba que tem dinheiro para saneamento porque tem política de saneamento básico neste País, que não é uma coisa secundária, que não é uma coisa eleitoreira. E, veja, esse projeto levou quatro anos para ser construído. Isso significa que a gente não pode se queixar da forma democrática com que esse projeto foi discutido e das pessoas que nele estiveram envolvidos.

Eu quero terminar dizendo para vocês que eu espero que, daqui para a frente, a gente não tenha mais os problemas que nós já tivemos para fazer investimentos em saneamento básico. É uma verdadeira tortura liberar o dinheiro para uma prefeitura, Jucá. Nós temos estados importantes, eu poderia dar dois exemplos, o Rio de Janeiro e o Mato Grosso do Sul, que quando nós liberamos o dinheiro, no ano passado, não tinham condições de pedir dinheiro, e são dois estados que precisam de muito investimento em saneamento básico.

Nós, enquanto governo, estamos comprometidos em fazer com que essa Lei seja daquelas leis que pegam, porque no Brasil também se criou a idéia de que tem lei que pega e lei que não pega, e a lei é para pegar, e nós vamos tratar com muito carinho. Eu quero dizer aqui para vocês, de público, um compromisso que eu já fiz com que o governo entendesse, nós vamos tratar com muito carinho essa questão do saneamento básico nas grandes regiões metropolitanas deste País, que é onde estão os graves problemas. Ou seja, a deficiência das grandes metrópoles do nosso País é a



irresponsabilidade de tantos e tantos anos de descaso. As pessoas iam ocupando áreas desordenadas, os prefeitos iam deixando, os governadores iam deixando, os presidentes iam deixando, todo mundo ia deixando. Daqui a pouco tinha uma área com 100, 150 mil pessoas, dando às pessoas uma condição de moradia animalésca, ou seja, uma coisa que qualquer ser humano civilizado não consegue compreender.

Nós só vamos poder reparar isso se a gente trabalhar, eu diria, muito mais do que é previsível pela política brasileira. Nós temos que trabalhar o dobro do que trabalhamos no governo passado, temos que trabalhar a cada dia mais para que a gente possa, ao longo do tempo, recuperar a irresponsabilidade implantada no País a respeito do saneamento básico.

Por isso, eu queria fazer questão de falar aqui, para dizer aos deputados e senadores que – eu diria, entre o bem e o mal, entre os contra e os a favor, no frigar dos ovos – quando bate a responsabilidade, quem ganha é o povo brasileiro e o Brasil.

Muito obrigado a vocês pelo gesto de ter aprovado essa Lei.

Leia o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL050107.DOC>



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião com prefeitos da base aliada

Palácio do Planalto, 17 de janeiro de 2007

Quero cumprimentar meu amigo Serafim, meu amigo Hélio, nosso Trevas, ministro Tarso, ministro Agenor, nosso ministro Márcio, a nossa prefeita Moema, o nosso prefeito Luiz Coelho, cumprimentar os companheiros prefeitos, as companheiras prefeitas que estão aqui, e dizer para vocês que eu espero que as relações entre a Federação e os municípios estejam mais fortemente consolidadas no final deste mandato.

Eu tenho um conceito e uma convicção de que nada pode acontecer sem passar pelo chão que a gente mora, ou seja, você pode ser feliz numa cidade e não ser feliz num estado ou num país, mas você não pode ser feliz num país se a sua cidade não te der as condições de ser feliz, porque é na cidade que está o seu dia-a-dia, é na cidade que está o dia-a-dia dos milhões e milhões de brasileiros, sobretudo com os problemas enormes que nós vamos ter que consertar, que são os problemas das grandes regiões metropolitanas.

Eu sei que quando a gente fala nas cidades, – e é bom que seja assim – cada prefeito, por menor que seja a sua cidade, ela pode ter 5 mil habitantes, mas para ele, prefeito, aquela cidade é a mais importante do País, é aquela que conta, é aquela que vale, e para quem mora naquela cidade também. Mas se a gente for levar em conta a grandeza dos problemas do Brasil, nós vamos ter que olhar com carinho excepcional para um fenômeno que começou a acontecer a partir da década de 70, que é a grande concentração de seres humanos, de forma desordenada, nas grandes regiões metropolitanas deste País, onde hoje nós temos praticamente 52% de todos os problemas de saneamento básico consagrados nessas cidades, de pessoas que moram mal, habitam mal.



Eu digo sempre o seguinte: o cidadão pobre, que mora numa cidadezinha pequena, tem um comportamento sociológico diferente do mesmo cidadão pobre que for morar numa favela do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, de Salvador, de Recife, de Manaus. Por quê? Porque numa cidade pequena ele ainda tem uma relação social muito forte, tem uma relação familiar não deteriorada, as coisas não são tão violentas na sua cabeça como são para um cidadão que mora num quarto de 3m por 3m, onde ele cozinha, toma banho, onde dormem mulher, marido e quatro, cinco, seis filhos, repartindo o metro quadrado com baratas, com ratos, coisas que acontecem muito menos nas cidades menores deste País.

Então, ao cuidar de todas as cidades, nós temos que ter em conta que temos um problema que, se a gente não atacá-lo fortemente, vai para um processo de degradação da estrutura da família neste País, que é, na minha opinião, parte dos problemas que geram a violência, a marginalidade, a clandestinidade. As pessoas não vêem esperança, as pessoas não vêem além de um horizonte de três metros quadrados. Na minha Caetés, por mais que seja pequena, a gente tem um mundo ainda para transitar, coisa que a gente não tem em uma grande região metropolitana.

Eu digo isso porque nós vamos, na segunda-feira, lançar um programa de desenvolvimento neste País, e só podemos fazer agora porque só agora nós criamos as condições, a sustentabilidade, a credibilidade e a robustez na macroeconomia que precisava para que nós déssemos o segundo passo. E vamos dar um segundo passo conscientes de que ele irá permitir que quem vier depois possa dar um terceiro passo. Agora, nós queremos dar esse segundo passo irmanados com os entes federativos. Eu aprendi, nesses quatro anos, que muitas vezes não adianta a gente conversar só com deputados, porque a gente pensa que acertou as coisas e, muitas vezes, também tem a pressão dos governadores em cima dos deputados.

Eu me lembro que na reforma da Previdência do setor público, no ano



passado, nós reuníamos aqui os governadores e depois eu fazia reunião com as lideranças dos partidos que davam sustentação ao governo, e eles reclamavam porque eu estava conversando com governadores, porque os governadores não apitavam no Congresso Nacional. Era verdade para a reforma da Previdência mas, para a reforma tributária, os governadores apitavam e apitavam muito porque, também, se é verdade que os deputados querem ter boa vontade com o governo federal, é verdade também que os deputados moram num estado e representam o estado e, portanto, eles também querem representar, condignamente, o povo do seu estado. Bem, mas se ele mora num estado, ele tem que morar em uma cidade e, nessa cidade, também é preciso que os prefeitos comecem a agir como agentes determinantes da ação dos deputados aqui em Brasília.

Eu, muitas vezes, fico inconformado de ver os prefeitos que, para terem uma audiência com um ministro ou com a Caixa Econômica Federal, ficam três dias em Brasília pedindo favor para que alguém os apresente ao ministro ou para que alguém os apresente a alguma autoridade federal, quando, na verdade, ele já deveria sair da sua cidade para cá com horário marcado, sem precisar de favor de ninguém. Ele pode ter o favor por outra coisa, mas não para vir a Brasília e ser atendido na Caixa Econômica Federal. Não só ele tem o seu espaço hoje na Caixa Econômica, como ele vai ter o espaço na Caixa Econômica do seu estado, porque nós vamos implantar em todas as capitais, na sede da Caixa Econômica, uma sala para que os prefeitos sejam atendidos, inclusive para que a gente possa ajudar na construção dos projetos que, muitas vezes, vão facilitar a vida de um prefeito, vindo aqui em Brasília.

Uma cidade grande tem dezenas e dezenas de engenheiros, de arquitetos que fazem quantos projetos eles precisarem, mas uma cidade pequena não tem. Às vezes, essas pessoas vêm ao governo, conversam com o ministro, o ministro se mostra com boa vontade e fala que vai atender, mas aí ficam esperando e esse projeto não aparece nunca, porque ele não tem



condições de fazer. Então, aquela vontade e aquele sonho desaparecem ao longo do mandato, porque o projeto não se concretizou.

Eu posso dizer para vocês: a coisa mais importante para conseguirem recursos do governo federal, da Caixa Econômica Federal ou de qualquer outra instituição do governo federal, não é ser amigo de um ministro, não é ser amigo de um deputado ou ser amigo de um presidente. A coisa que mais vai facilitar a vida de vocês para conseguir os recursos que precisam é a qualidade do projeto que apresentarem, é a certeza de que aquele projeto é exeqüível e portanto, é um projeto que pode ser financiado sem risco de que tenha alguma coisa equivocada. Podem ter certeza disso, não é a amizade que vocês tenham com o Agenor, a amizade que vocês tenham com a Dilma, a amizade que vocês tenham com o Márcio Fortes, a amizade que vocês tenham com o Tarso Genro e com o Trevas, ou a amizade que vocês tenham com o Guido Mantega ou comigo que vai fazer sair o dinheiro, se não tiver um projeto que possa permitir à gente defender publicamente o recurso que mandou para uma cidade. O projeto não só facilita o dinheiro, como antecipa, muitas vezes, a liberação.

Vocês já ouviram falar da tal da fila burra para saneamento básico. O que se fez no País, um tempo? Vocês entravam com um pedido para conseguir dinheiro para fazer saneamento básico, esse pedido não saía em um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos. Vocês saíam da prefeitura, entrava um outro, vinha atrás. Não saía por quê? Porque não havia interesse de estabelecer um critério em que cada prefeito que apresentasse um pedido, apresentasse um projeto junto, para que você pudesse liberar o dinheiro, sabendo que esse dinheiro seria utilizado para fazer a obra. Muitas vezes nós disponibilizamos o dinheiro e constatamos que esse dinheiro disponibilizado não tem projeto e, muitas vezes, ficamos anos esperando um projeto que não vem porque a prefeitura, muitas vezes, não tem condições de fazer.

Nós, então, estamos acabando com essa fila burra, é melhor dizer para



um prefeito: olha, meu filho ou minha filha, você não tem direito se você não fizer um projeto correto. E orientar a pessoa para fazer um projeto. Ou você tem coragem de dizer: olha, assim não vai sair, sai da fila, do que você colocá-lo na fila apenas para atrapalhar um outro que tem um projeto exeqüível, apenas porque o governo federal quer guardar dinheiro para fazer superávit. Isso é um retrocesso, nós já começamos a mudar isso e vamos mudar profundamente porque nós entendemos que é preciso criar condições para que as cidades brasileiras possam voltar a ter um mínimo de possibilidade de investimento. E criar condições para que haja uma razão de ser na existência de cada um de nós na direção deste País, seja o prefeito, seja o vereador, seja o presidente da República.

Então, eu quero dizer para vocês que nós vamos melhorar muito as nossas relações e vamos fazer muito mais do que fizemos no primeiro mandato com relação às prefeituras. Uma coisa extremamente importante, que já aconteceu do final do ano para agora, e o Tarso já falou, foi a questão do Fundeb. O Fundeb, sobretudo para os estados mais pobres do País, será uma verdadeira revolução na educação brasileira.

A Lei do Saneamento Básico, os prefeitos mais antigos, não do mandato de agora, mas aqueles que já estão na vida pública há mais tempo, sabem o seguinte: essa Lei do Saneamento Básico, que nós sancionamos no final do ano, tinha sido aprovada em 1995 e foi vetada integralmente. Foi vetada pela única razão de que naquele tempo pensava-se em privatizar toda a política de saneamento básico no Brasil e, portanto, o Estado não tinha que ter responsabilidade. Nós agora estamos determinando a responsabilidade de cada ente federativo, para que o jogo fique claro e ninguém faça chantagem sobre ninguém. Que cada um olhe a lei e saiba o que pode fazer e o que não pode fazer.

Uma terceira coisa que depende muito de vocês é a questão da Universidade Aberta. A Universidade Aberta é uma revolução, sobretudo se a



gente analisar que nós precisamos reciclar os nossos educadores a cada tempo, e a Universidade Aberta é uma coisa que vai custar pouco, é uma parceria da universidade com as prefeituras dos estados. A prefeitura só tem que ter um espaço e, nesse espaço, a gente vai montar o esquema da Universidade Aberta. Significa que uma mulher que queira fazer Magistério não vai ter que sair da sua cidadezinha do interior para ir a 800 quilômetros, na capital. A própria cidade dela pode montar um núcleo de uma Universidade Aberta, com uma assistência da Universidade Federal, e a gente pode formar o professor lá na sua cidade. Se não em cada cidade, pelo menos nas chamadas cidades-pólo.

Vocês estão lembrados que eu tenho um compromisso com vocês? Eu tenho o compromisso de garantir, em cada cidade-pólo deste País, uma escola técnica e, em cada cidade-pólo deste País, uma extensão universitária. E vamos fazer isso porque acreditamos que este é o segundo passo, junto com a política de desenvolvimento, que o Brasil precisa para se transformar numa grande nação.

Outras coisas nós vamos atendendo conforme vocês forem evoluindo na pauta de reivindicação de vocês. Vocês vão fazer reivindicação na Marcha dos Prefeitos, nós vamos analisando, vamos atendendo e, algumas coisas, eu acho que nós temos que ter claro: primeiro, este ano eu espero que a gente volte à reforma tributária e defina a questão de 1% do FPM. Eu acho que é plenamente possível fazer isso. Mas aí, Tarso, só para você anotar no seu caderninho, há algum tempo nós fizemos uma medida em que o BNDES disponibilizou uma determinada quantia em dinheiro para a gente financiar máquinas para as prefeituras. Obviamente que o dinheiro foi pouco, muito pouco, mas, possivelmente, alguém que governou Porto Alegre, como você, não tenha essa necessidade, possivelmente alguém que governe Manaus não tenha essa necessidade; que governe Campinas, não tenha; que governe outras cidades grandes, não tenha. Mas uma cidadezinha de 30 mil, 20 mil, 15



mil habitantes, de 50 mil habitantes, se o prefeito tiver uma máquina e puder estabelecer parceria com os pequenos produtores – uma ou várias máquinas, eu estou falando uma apenas como exemplo – para que possa atender, não as necessidades urbanas apenas, mas atender as necessidades rurais, porque às vezes o coitado do produtor não tem um tratorzinho, por menor que seja, e perde muito dinheiro, deixa de produzir muito mais. Portanto, eu acho que é um papel que os prefeitos podem ajudar.

Lamentavelmente, a gente fica meio enfraquecido quando diz isso, porque todo prefeito que toma posse, a primeira coisa que ele mostra é a quantidade de máquinas quebradas que herdou do prefeito passado. Não tem um prefeito que tome posse e não vá ver a ambulância que está quebrada, a máquina patrula que está totalmente desativada, o carro que está sem motor. Então, isso desmoraliza um pouco a idéia, mas eu espero que a sociedade brasileira, os prefeitos, os governadores, os deputados, os vereadores, todo mundo passe a olhar essas coisas com um bem público. E não é porque tem desvio em uma cidade que a gente vai ter que penalizar todas as cidades. Puna-se o culpado, mas permita-se que as pessoas possam ter o acesso.

Vocês vão ter uma bela surpresa, porque no Programa que nós vamos anunciar, a questão do saneamento básico e da habitação está muito forte. Não é um programa para 2007, é um programa de quatro anos, e que a gente quer cumprir, letra por letra, o que a gente disser aqui, a partir da segunda-feira, porque é um projeto de grande envergadura. Obviamente que eu não vou entrar em detalhes, porque ainda no domingo vou fazer a última revisão no Programa. Mas eu também não quero que seja mais um daqueles programas que o governante vai à televisão e anuncia, anuncia, e termina o mandato e vocês não vêem. Eu quero anunciar exatamente aquilo que a gente puder cumprir, dizendo claramente quais são as deficiências, o que está pronto, o que não está pronto, o que falta aprontar, o que falta fazer, porque assim é que a gente vai poder passar para vocês a certeza de que as coisas que nós falamos



vão acontecer no nosso País.

E por último, a questão da política social. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós fizemos, nos primeiros quatro anos, a mais forte política social já feita neste País. E é pouco diante das necessidades do povo, e é muito pouco diante das dezenas de anos em que não se fez política social neste País, portanto, nós vamos fortalecer as políticas sociais.

Primeiro, nós temos que unificar as dezenas de políticas sociais. Só programa para a juventude, nós temos seis ou sete. Tem programas em vários Ministérios e nós precisamos unificar num único programa, colocar uma única pessoa como responsável para que a gente possa dar maior densidade àquele programa. Nós, quando falamos da juventude, falamos com um carinho especial, porque daqui a 10 ou 15 anos, quem estará no nosso lugar, são esses que nós chamamos de jovens hoje e, portanto, se a gente não oferecer para eles as oportunidades, o narcotráfico oferecerá, a criminalidade oferecerá. Então, é obrigação nossa e muito mais fácil será se todas as políticas públicas do governo federal forem feitas em parceria com os prefeitos.

Vejam, eu vou repetir para vocês uma coisa que eu falo em todas as Marchas: eu não quero saber de que partido os senhores e as senhoras são, nunca vou perguntar. Me incomoda mais o time que vocês torcem do que o partido de vocês. Não vou perguntar porque o Presidente da República e o governo federal não têm o direito de fazer política privilegiando “a” ou “b” em detrimento de “c” ou “d”. Não têm o direito. Nós temos que fazer política para as cidades e temos que atender, sobretudo, o povo, e nós vamos fazer isso em parceria com vocês.

De vez em quando alguém fala assim para mim: “mas Presidente, o senhor viu lá, o jornal denunciou numa cidade tal que tinha pessoas inscritas no Bolsa Família que não tinha direito. É verdade, pode ter, porque no meio de 11 milhões de famílias, qualquer empresa mais séria do mundo e mais moderna, tem uma margem de coisas erradas que acontecem e que estão



contabilizadas.

Pois bem, o fato de você ter erro numa ou noutra cidade, você não pode nem culpar o prefeito porque também não é o prefeito quem cadastra, são pessoas da prefeitura que cadastram e, como ser humano, ele é falível, pode cometer erro. A gente não pode se abalar com essas coisas. Teve o erro? Teve. Nós temos que consertar e temos que punir quem cometeu esse erro e aí é que me faz mais forte a convicção de que nós precisamos fazer ainda mais parceria com as cidades brasileiras. Fazer parcerias sem medo de que essas coisas não dêem certo. A possibilidade de fazer sem o prefeito e de dar errado, é muito maior do que a possibilidade de fazer com o prefeito. Fazer com o prefeito, primeiro, é a certeza de que a gente tem de quem cobrar, porque tem responsabilidade constitucional. Fazer sem o prefeito é a gente fazer apenas onde tem gente organizada para fazer. E num país deste tamanho, com quase 6 mil municípios, é humanamente impossível o governo federal querer cuidar das coisas diretamente. Não daria certo.

Então, eu quero que vocês saibam que vai aumentar a nossa parceria, nós vamos trabalhar muito mais juntos, quer dizer, não tem nenhum problema, não se preocupem com as Marchas, de fazer pauta de reivindicação, de fazer manifestação, de criticar. Não se preocupem porque isso não abala o meu comportamento político, ninguém será tratado melhor porque falou bem ou falou mal, as pessoas serão tratadas porque representam um conjunto de pessoas e porque têm as necessidades. Se não tiver necessidade, pode ser o meu melhor amigo que não vai ter tratamento especial.

Eu tenho ouvido muito do César Maia, de vez em quando, na hora de fazer o discurso político, o César exagera, mas na hora de fazer o reconhecimento das coisas que nós fazemos para a cidade, eu já vi o César Maia, em quatro ou cinco discursos, dizer que nós, em quatro anos, colocamos mais dinheiro no Rio de Janeiro do que os outros em 20 anos. Eu posso dizer para vocês que eu duvido que tenha um prefeito do PFL ou do PSDB que



possa reclamar que nós não o tratamos bem porque eram do PFL, do PSDB ou de qualquer outro partido político, e duvido que alguém do PT, alguém do PCdoB, do PSB, do PDT, do PP, diga que foi tratado melhor porque está na base aliada. Não é assim e não será assim, até porque quando eu sair daqui, eu preciso andar de cabeça erguida nos 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. E vou conseguir me encontrar com vocês em algum lugar e quero tratá-los, todos de companheiros, de amigos, quero respeitar vocês e quero ser respeitado.

Portanto, tenham certeza de que esses quatro anos serão quatro anos em que nós vamos poder colocar em prática coisas muito mais fortes e muito mais eficazes do que colocamos nesses primeiros quatro anos. Foram quatro anos de bons aprendizados na relação entre os entes federativos, e nós só temos que melhorar, porque quem tem a ver com a política tributária não é só o governador, é o prefeito também, porque incide sobre o prefeito. Cada vez que a gente desonera uma coisa aqui, incide na arrecadação também da cidade. Então, é preciso que a gente não veja vocês como adversários: “Ah, já vem o prefeito reivindicar alguma coisa, já vem o prefeito querer mais um pedacinho da CIDE, mais um pedacinho daquilo...” Exijam quantos pedaços vocês quiserem, porque se a gente tiver, a gente dá, se não tiver, com a mesma grandeza, tem que dizer: “companheiro, eu não posso fazer”.

Agora, uma coisa vocês podem ter certeza: não faltará, nesses próximos quatro anos, lealdade na relação com as prefeituras, não faltará disposição de atender vocês, não faltará disposição de fazer as políticas públicas voltadas para as cidades brasileiras. Até porque, em 1998, se não me falha a memória, ou 1992, numa campanha qualquer, nós fizemos uma música, foi o Milton Acioli que fez, que dizia assim: “uma cidade parece pequena se comparada a um país, mas é na minha cidade que se começa a ser feliz”.

Felicidades para todos nós.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Porta-Voz
Discurso do Presidente da República**

Leia a entrevista e o release sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR007-2.DOC>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/REL170107.DOC>

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de acordos para moradias no Rio de Janeiro

Palácio das Laranjeiras - RJ, 18 de janeiro de 2007

Meu querido companheiro Sérgio Cabral, governador do estado do Rio de Janeiro,

Ministros, secretários, deputados, secretárias, não estou vendo nenhuma deputada,

Meu caro William.

Quero dizer a você, Sérgio, da alegria de estar aqui no Rio de Janeiro participando de um evento que pode significar, num curto espaço de tempo, a melhoria da qualidade de vida de uma região importante do Rio de Janeiro, a Rocinha, que precisa parar de aparecer na imprensa apenas nas páginas policiais e começar a aparecer nas outras páginas dos jornais.

Eu acho que quando você me ligou, antes de tomar posse, eu senti o drama porque nós tínhamos aprovado, no ano passado, o Fundo de Habitação Popular, tínhamos destinado 1 bilhão de reais e para não permitir que o dinheiro se perdesse na quantidade enorme de necessidade das pessoas, eu resolvi num primeiro momento atacar as palafitas, que é o processo de degradação maior de moradia de um ser humano. Mas como não tinha projeto, e esse é um problema que eu queria lembrar às companheiras e companheiros secretários, na verdade, os bons projetos facilitam a liberação dos recursos. A boa idéia sem projeto não libera recursos. Portanto, o projeto é condição primeira para que a gente possa agilizar a liberação de recursos e o mesmo vai valer entre vocês e os municípios aqui, que vão ter projetos. Às vezes as pessoas chegam bem intencionadas mas, sem projeto, não vão resolver o problema.

Pois bem, nós detectamos que embora os prefeitos no Brasil inteiro falassem muito de palafitas, na hora em que a gente foi ver, com 1 bilhão na mão para disponibilizar, mapear, a quantidade de problemas eram milhares e a quantidade de projetos, quase nenhum. Utilizamos uma parte do dinheiro para as palafitas e uma outra parte para a urbanização de favelas.

Bem, esse fato me fez muito mais sensível quando o Governador me ligou dizendo: “Presidente, tem um problema, nós precisamos de um dinheiro para dar cidadania à Rocinha”, isso no final do ano. Eu chamei o Ministro do Planejamento e falei: olha, vire-se e vamos ter que dar, se não puder dar tudo agora, dê uma parte e depois a gente dá o restante no começo do ano. Lamentavelmente, não foi utilizada a primeira parte porque não houve a contrapartida, mas agora está resolvido William, e a Rocinha pode começar 2007 como parte integrada da cidade maravilhosa e não da cidade que muitas vezes é tratada como uma cidade feia, a cidade que muitos cariocas não gostariam que existisse.

Eu acho que o jeito de melhorar o Rio de Janeiro, de não banir os que estão marginalizados na periferia, é trazê-los para a cidadania dos bairros nobres do Rio de Janeiro porque, no fundo, no fundo, todos merecem ser tratados em igualdade de condições.

Queria dizer ao Governador que o seu início de governo foi muito vigoroso, uma demonstração de que você veio para mudar a história do Rio de Janeiro. Mas queria aproveitar os deputados aqui e dizer que o companheiro Governador vai precisar do apoio de vocês. Não há, neste momento, espaço para ressentimento, não há espaço para política menor porque o que está em jogo, na verdade, não é nenhum de vocês, pessoalmente, nem o governador Sérgio Cabral. O que está em jogo é a recuperação da dignidade e da auto-estima do estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro. Isso vale para os deputados, para os secretários, para a imprensa, para os empresários, para os trabalhadores. Nós temos que recuperar a auto-estima do povo do Rio de Janeiro porque não é possível que o gesto magnânimo de Deus de criar esta cidade extraordinária esteja sendo jogado fora pela incapacidade e pela insensibilidade de alguns políticos que passaram pelo Rio de Janeiro.

Portanto, vocês têm uma chance dada pelo povo, uma chance dada pelo Governador e uma chance dada por Deus, ou seja, nós temos quatro anos para provar que o Rio de Janeiro pode ser diferente. Da parte do governo federal, eu estou muito à vontade porque disse ao Sérgio Cabral, no último comício que nós fizemos: Sérgio, eu estou convencido de que nós vamos estabelecer a melhor relação entre o governo federal e o estado do Rio de Janeiro que já houve na história da República. No fundo, no fundo, se não

houver pequenez política em nenhum de nós, se o pessoal ficar circunscrito à nossa vontade, e a gente deixar predominar na nossa alma e na nossa consciência o coletivo, a possibilidade de acertar é muito maior.

Quando o Governador me telefonou pedindo a liberação de alguns companheiros do governo federal para trabalharem com ele, eu vi nisso a possibilidade concreta de uma ligação umbilical entre o governo federal e o governo do Rio de Janeiro. Primeiro, porque são pessoas que conhecem o governo federal, como o Joaquim Levy. O Joaquim Levy, vou te dar a dica: ele é muito duro para liberar dinheiro, mas é muito competente para segurar dinheiro e para resolver o problema de rombo de caixa e tentar fazer o estado do Rio de Janeiro ser um estado responsável, do ponto de vista das suas contas.

Vejam uma coisa: eu me lembro, Sérgio, que quando houve o acordo da dívida dos estados, que a União assumiu, foi feita uma festa porque era para todo mundo pagar em não sei quantos anos e o governo federal, então, autorizou os estados: “vocês podem vender tudo o que vocês têm, vendam a cama do Palácio, vendam a geladeira, vendam todas as empresas”. Enquanto tinham as empresas para vender, ninguém reclamou do acordo. Agora acabou o que vender, e nós não vamos vender nada, pelo menos da parte do governo federal. Não vamos vender nada. Então, acabou. Tem gente que governou quatro anos com o dinheiro de empresa pública vendida. Quando acabou esse dinheiro, as pessoas perceberam que o acordo não tinha sido bom. Obviamente que teve gente que pegou *royalties* e não sei quantos anos, teve facilidade para muita gente aceitar fazer o acordo e agora algumas pessoas acham que, com facilidade, vamos mexer na dívida dos estados.

Quero deixar claro, até o Joaquim Levy está aqui olhando, não haverá acordo sobre isso. Nós não iremos mexer na dívida dos estados. Obviamente que isso não implica a gente não levar em conta as situações específicas de cada estado, estudar caso a caso, ver o que é possível fazer, mas não dá para a gente passar para a sociedade que o País vai voltar a uma anarquia fiscal, não vamos permitir isso porque para chegar onde nós chegamos, Governador, e você acompanhou, do Senado, foi um sacrifício muito duro, muitas vezes não compreendido.

Quantas vezes companheiros que estão aqui foram xingados, como é o

caso do Levy, porque diziam: “eu não posso liberar dinheiro, eu não posso dar dinheiro”, e você sabe que é sempre muito mais fácil a gente dizer “eu posso dar”, prometer e depois não cumprir. Se a gente estabelecer entre nós, Governador, uma relação companheira, uma relação irmã, uma coisa fraterna, em que você sabe os seus direitos e eu sei os meus, em que você sabe os compromissos do estado, eu sei os da União, e que a gente estabeleça a parceria.

Você escolheu um secretário de Saúde que era ligado ao governo federal, da área da saúde, um companheiro que, portanto conhece o problema e sabe das preocupações que eu tive ainda quando o ministro Humberto era secretário de Saúde e eu dizia para ele: Humberto, nós temos que criar alguns centros de excelência no Rio de Janeiro. Eu cansei de ver na televisão aquele povo morrendo nas filas, aquelas pessoas tomando injeção em pé no corredor, aquelas pessoas deitadas no chão. Não é possível que um estado como o Rio de Janeiro, que é a cara internacional do Brasil, seja visto apenas pelas maledicências e não pelas coisas boas que este estado tem para oferecer ao nosso País, do ponto de vista cultural, do ponto de vista político, do ponto de vista econômico, do ponto de vista da beleza que é este estado. Então, eu quero dizer, Sérgio, que isso aqui é apenas uma demonstração inicial do que nós dois temos pela frente. Nós temos muita coisa para fazer neste estado e neste País.

Eu vou dizer que nenhum governador sofrerá nenhum veto do governo federal por não ser do meu partido ou por não ser da base aliada. Qualquer governador, de qualquer partido político, que tiver um problema e esse problema puder ser resolvido pelo governo federal, nós não iremos olhar o time, a escola de samba, a religião e o partido ao qual ele pertença, nós iremos sempre olhar a necessidade que tem o povo daquele estado, daquela cidade, de receber os seus benefícios.

O Sérgio Cabral, eu dizia no comício e vou dizer aqui: você, Sérgio, é a possibilidade do Rio de Janeiro voltar a ser tratado com seriedade pelo Brasil inteiro, das pessoas saberem que aqui tem um governador que montou um secretariado, e esse governador e esse secretariado querem provar à sua própria consciência e à consciência do povo do Rio de Janeiro que o Rio de Janeiro não é um estado perdido como tentam vender, que não tem jeito. Tem

jeito porque este povo aqui é um povo igual a qualquer povo brasileiro, trabalhador, é um povo que sabe efetivamente que precisa das coisas e tem que cobrar de nós. E quando a gente vê o representante da Rocinha aqui, bonito como ele está, com uma gravata meio cor-de-rosa, isso me faz sair daqui dizendo: não há por que não ter muito mais esperança neste País porque a gente vê a cara da alegria de um projeto que poderia ter sido feito há 20 anos, há 30 anos, há 40 anos.

A verdade é que, muitas vezes, quando o governador coloca os seus interesses na frente, pensando em outras eleições, e começa a não querer conversar, pela causa eleitoral, a coisa não anda. Eu quero te dizer uma coisa com experiência de quatro anos, as eleições de 2010 serão em 2010. Você não será cobrado porque você disse em 2007 que você quer ser candidato a alguma coisa em 2010. Você será candidato a alguma coisa ou não, além de você querer ou não, como resultado daquilo que você conseguir produzir no Rio de Janeiro. Portanto, o lema é trabalhar, trabalhar e trabalhar, porque a gente vai colher exatamente o que a gente plantou. Se a gente plantou ódio, se a gente plantou inveja, se a gente plantou discórdia, a gente vai colher desgraça. Mas se a gente plantar harmonia, plantar companheirismo, plantar lealdade, a gente vai colher muita coisa boa.

Da nossa parte, Governador, não haverá nenhum momento, e eu disse ao Sérgio, agora há pouco: Sérgio, fique preparado que vai vir torpedo para cima de você. Então, fique preparado, porque o jogo político é um pouco complicado e você conhece como ninguém. Eu disse ao Sérgio: nos momentos mais difíceis eu vou provar que a nossa relação de amizade não foi eleitoral. É uma relação verdadeira, que pode ser consagrada com demonstrações que nós possamos dar ao povo do Rio Janeiro.

No nosso Programa, que vamos anunciar na segunda-feira, você está convidado, tem muita coisa para o Rio de Janeiro. Possivelmente, a história do Brasil nunca assistiu à quantidade de disponibilidade de dinheiro que nós vamos colocar para saneamento básico e para habitação nesses próximos quatro anos. Não é um programa para 2007, é um programa para os quatro anos de governo, e eu acho que nós estamos dando um sinal de que o Brasil não vai jogar fora a oportunidade que nós construímos. Nós construímos essa condição que o Brasil tem hoje. Ontem, Levy, só para você saber, o

champanhe que o Furlan estava guardando há dois anos, nós tomamos ontem, porque o risco-Brasil chegou a 185 pontos, então merecia tomar o champanhe que o Furlan tinha guardado.

Queria dizer aos secretários: nenhum ministro do meu governo deixará de tratá-los com o respeito que merece um secretário, como não deixará de tratar as prefeituras, e você, Sérgio, não tem momento, não tem hora, a hora que precisar ligar, eu espero que você me ligue, só para me contar notícias boas. Obviamente que acontece o que aconteceu com a chuva, acontece o que aconteceu com o vandalismo, porque aquilo é terrorismo, aquilo não é bandido comum. Pegar um ônibus, tocar fogo e ver pessoas morrendo, tem que ser tratado como terrorismo de Estado, porque é uma provocação ao Estado brasileiro. Não tem meio termo nisso. Não é um bandido comum, é uma ação preparada de desacato ao Estado brasileiro e, portanto, nós temos que tratar assim e enfrentar.

Portanto, meu caro, tenha a certeza do seguinte: mais do que nunca nós estaremos juntos e vamos estar juntos na construção do Pan, porque o Pan será o cartão postal para a Copa do Mundo de 2014 e, quem sabe, será o cartão postal para que a gente possa, um dia, sonhar em trazer para o Brasil uma Olimpíada.

Meus parabéns. Eu quero depois, William, ser convidado para visitar as obras. Por enquanto é só assinatura de liberação de recursos, mas nós vamos querer voltar lá, o que estamos fazendo aqui e fazer um dia, na Rocinha, para a gente ver quando as máquinas começarem a trabalhar, as ruas começarem a ser abertas. Quando o Estado estiver presente dentro da Rocinha, oferecendo ao povo da Rocinha aquilo que o Estado tem que oferecer de educação, de saúde, de segurança, de possibilidade de empregos, certamente a criminalidade irá desaparecer por si só. Nada será melhor para combater a criminalidade do que as oportunidades que a gente puder oferecer ao jovem deste País para melhorar a sua vida.

Um grande abraço, boa sorte para todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
abertura da Reunião de Cúpula do Mercosul**

Rio de Janeiro-RJ, 19 de janeiro de 2007

Abertura

Bom dia, companheiros e companheiras,

É com enorme satisfação que recebo os chefes de Estado e representantes dos Estados associados, o presidente do Suriname, o primeiro-ministro da Guiana, além de representantes do Panamá e do Conselho de Cooperação do Golfo.

Agradeço as suas presenças e quero dar-lhes as boas vindas, desejando a todos vocês que aproveitem o máximo possível essa permanência nesta linda Copacabana.

Quero cumprimentar também os ministros,

Quero cumprimentar os governadores,

Quero cumprimentar os prefeitos e demais participantes deste encontro.

Meus amigos e minhas amigas, declaro aberta a 31ª Reunião de Cúpula do Mercosul e, para manter a tradicional norma do Mercosul, vou bater o nosso tradicional martelo que hoje passarei ao presidente Nicanor.

Eu quero convidar o nosso ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para fazer breve relato das atividades desenvolvidas pelo Mercosul nos últimos seis meses, período em que o Brasil exerceu a sua Presidência Pró Tempore.

Com a palavra, o ministro Celso Amorim.



Discurso

Caros amigos,

O Mercosul surgiu da convicção de que no mundo complexo e desigual em que vivíamos e vivemos era fundamental que países como os nossos se associassem para enfrentar as dificuldades impostas por uma globalização assimétrica do ponto de vista econômico, político e social. As razões que estiveram presentes na origem de nossa associação persistem e talvez sejam hoje muito mais evidentes.

Nossa união é necessária, nem os mais fortes dentre nós serão capazes de resolver sozinhos as contradições em que estão mergulhados nossos países. Nossa articulação é fundamental para promover o desenvolvimento com trabalho decente, justiça e inclusão social.

Os progressos que fizemos em matéria de integração são muito evidentes. Bastaria lembrar que em 1990, às vésperas do Tratado de Assunção, o volume de comércio do que viria a ser o Mercosul somava apenas 4 bilhões de dólares. Em 2006 ele chegou a mais de 30 bilhões de dólares.

Sabemos que o crescimento dos fluxos comerciais não é tudo, mas é evidente que sem o Mercosul continuaríamos de costas uns para os outros. O Mercosul iniciou um processo de transformação de nossa região. Exerceu atração sobre todos os países da América do sul. Estamos abertos ao diálogo no contexto de nosso processo de integração, mas pedimos que as críticas venham acompanhadas de alternativas viáveis para nossos países.

Precisamos aperfeiçoar os elementos econômicos e comerciais do Bloco, seguir fortalecendo os alicerces de nossa integração política, social e cultural. Hoje tenho orgulho em poder fazer um balanço positivo dos avanços que logramos no último semestre, no aperfeiçoamento e no aprofundamento do Mercosul. Foi tarefa conjunta e, por isso, sou grato a todos pelo firme apoio que deram à Presidência Pro Tempore brasileira.

Senhores presidentes,



A instalação do Parlamento do Mercosul, no dia 14 de dezembro último, inaugurou nova etapa na história institucional do Bloco. Ao refletir o pluralismo e a diversidade dos nossos povos, o Parlamento contribuirá para tornar o processo de integração mais legítimo e democrático. Consolidará uma cidadania regional, aproximando as instituições comunitárias dos nossos povos.

A entrada em operação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, o Focem, demonstra que estamos empenhados em alcançar uma relação mais equilibrada entre os Estados Partes. Pela primeira vez, no Mercosul, passamos a contar com mecanismo comunitário dessa natureza. Sua implementação constitui exemplo inequívoco de uma consciência de solidariedade regional que é essencial para o êxito da integração. O Focem trará benefícios inegáveis às economias menores.

O Conselho do Mercado Comum aprovou os primeiros projetos pilotos, cinco no Paraguai e três no Uruguai, e três projetos regionais, inclusive o Programa de Ação “Mercosul Livre de Febre Aftosa”. Todas essas iniciativas serão executadas com recursos já disponíveis do Focem. Outras iniciativas podem estimular a integração produtiva na economia regional, entre elas, destaco a antecipação da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum para permitir a livre circulação de mercadorias intrazona ou a aplicação de regimes diferenciados de origem mais flexíveis para os produtos provenientes do Paraguai e do Uruguai.

A integração financeira da América do Sul se acelerou. O BNDES fez aporte de 200 milhões de dólares na CAF para financiar novos projetos, inclusive no Brasil. É importante que nossos ministros tenham intensificado o diálogo político sobre temas cruciais para o futuro imediato do Mercosul e é bom que tenhamos em breve uma seção dedicada ao tema das assimetrias.

Meus amigos,

A fim de aprofundar o processo de integração, precisamos adotar



medidas concretas e inovadoras. Chamo a atenção para o trabalho que estamos desenvolvendo com a Argentina para a criação de um sistema de pagamento das transações comerciais em moedas locais, sem conversão em dólar. Isso permitirá facilitar o comércio no Mercosul, inclusive a participação de pequenas e médias empresas.

Vamos, também, reduzir os custos financeiros das transações, contribuindo para maior competitividade do setor produtivo do Mercosul. O novo sistema de pagamentos poderá ser estendido, mais à frente, aos demais países do Mercosul. Registro, também, com satisfação, a criação do Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis, que apresentará programa abrangente de cooperação para estimular sua produção e consumo nos Estados Partes. Incluirá a análise da estrutura das cadeias produtivas e a realização de pesquisas conjuntas, entre outros aspectos. Numa única empreitada estaremos estimulando e diversificando a produção agrícola, estabelecendo indústrias, criando comércio, desenvolvendo fontes alternativas de energia, preservando o meio ambiente, gerando e difundindo conhecimento e, sobretudo, expandindo emprego no campo e nas cidades.

Caros companheiros, presidentes e companheiras,

Em cumprimento ao mandato que definimos em Córdoba, trabalhamos no semestre passado na definição de agendas estratégicas para a ação social e o desenvolvimento com a integração produtiva no Mercosul. Na Comissão de Representantes Permanentes do Bloco, ultimamos a criação dos Institutos Social e de Capacitação de Pessoal do Mercosul. O diálogo social é essencial para que a integração reflita os justos anseios de todos. Com o objetivo de fortalecer o diálogo com a sociedade civil, organizamos, pela primeira vez, a Cúpula Social do Mercosul. Instalamos, também, o Foro Consultivo dos Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, um novo canal de articulação entre os nossos países.

Na agenda externa destaco os avanços das negociações para um



Acordo de Livre Comércio com o Conselho de Cooperação do Golfo. Evoluíram positivamente as tratativas comerciais do Mercosul com a Índia, a União Aduaneira da África Austral (SACU) e Israel. Retomamos, ainda, o diálogo com a União Européia, com base em propostas construtivas. Outro ponto de relevo foi o início dos trabalhos previstos no Protocolo de Adesão da Venezuela. Devemos todos intensificar esforços para que o processo se complete no menor tempo possível.

Também nos alenta a manifestação de vontade da Bolívia de começar os trabalhos para a sua incorporação como membro pleno do Mercosul. O Conselho do Mercado Comum decidiu, ontem, formar o grupo que deverá analisar os mecanismos para a concretização desse objetivo. Que sejam bem-vindos os irmãos bolivianos e todos aqueles que quiserem ingressar em nosso Bloco.

Caros colegas,

Ao iniciar, dias atrás, meu segundo mandato como presidente do Brasil, reafirmei a prioridade que damos ao Mercosul e à integração da América do Sul. Afirmei que queremos associar o destino do Brasil ao de nosso Continente. O Mercosul, como a Comunidade Andina (CAN) e outros processos de integração regional, têm seus objetivos e características próprias. No Tratado de Assunção declaramos a opção por uma união cada vez mais estreita entre nossos povos, um processo profundo e multidimensional da integração, estruturado nos elementos definidos no artigo 1º daquele Tratado.

Também estou plenamente convencido de que a convergência do Mercosul e da CAN será em benefício de todos. O relacionamento intenso que mantemos com os Estados Associados nas mais distintas áreas justifica essa minha convicção. Essa evolução, necessariamente gradual, terá que ocorrer em paralelo à construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. É claro que enfrentaremos muitos desafios na condução dessa convergência e na consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Diferenças nos graus



de institucionalidade que podem acarretar superposições transitórias. Diferenças nas opções de política interna que nossos países adotem para enfrentar os desafios do desenvolvimento. Mas felizmente fomos formados na diversidade. O pluralismo político e ideológico é totalmente compatível com o nosso processo de integração, que busca o desenvolvimento, a inclusão social, o emprego e o fortalecimento da democracia.

Nunca existiu um clima político tão favorável para a nossa integração. Em Córdoba, disse que devíamos, gradualmente, avançar em direção à supranacionalidade, a exemplo do que ocorreu em outras experiências de integração. Por isso, apoiamos firmemente o reforço institucional do Mercosul. Já foram definidas diretrizes para uma perspectiva mais imediata: a reforma dos órgãos decisórios, o aperfeiçoamento do Sistema de Incorporação das Normas, a possível criação de órgãos comunitários para a aplicação de políticas comuns, a modernização da Secretaria do Mercosul e a maior institucionalização para o Sistema de Solução de Controvérsias.

Podemos contemplar, também, a designação de comissários para temas como meio ambiente, energia e negociações externas. Pretendemos apresentar sugestões concretas aos nossos sócios durante a Presidência paraguaia. A reforma dos órgãos do Mercosul deve apontar para uma estrutura ágil e eficiente, capaz de melhor responder às novas circunstâncias: o aumento do número de Estados Partes e a ampliação dos temas que queremos tratar em conjunto. Temos que trabalhar sobre aquilo, principalmente, que nos une. Os valores que compartilhamos incluem o compromisso com a democracia e o Estado de Direito, conforme escrito no Protocolo de Ushuaia. A criação do Observatório da Democracia e as atividades de observadores eleitorais do Mercosul, já iniciadas nas eleições no Brasil e na Venezuela, indicam, uma vez mais, a relevância dos fundamentos democráticos para a integração.

Apesar dos diferentes caminhos que escolhemos, também temos em comum a prioridade que atribuímos ao resgate das dívidas sociais em nossos



países. Tanto no Mercosul quanto na Comunidade Sul-Americana de Nações, temos que buscar soluções consensuais e respeitar as opções de cada país. Devemos continuar construindo uma identidade sul-americana que complemente e reafirme nossas identidades nacionais.

No mês passado, começou a ser emitido o novo passaporte brasileiro. Nele aparece o nome Mercosul, como já ocorre em outros passaportes da região. O Mercosul passa, assim, a fazer parte de mais um aspecto da vida do cidadão brasileiro. E será, seguramente, motivo de orgulho para todos nós, ostentar em nossas andanças pelo mundo, essa prova adicional dos laços de fraternidade com os nossos vizinhos e irmãos.

Meus companheiros, eu queria, primeiro, agradecer a todos vocês o carinho recebido nesses quatro anos, e dizer para vocês que é com muita, mas com muita alegria, que a gente consegue fazer esta reunião aqui, nesta querida cidade do Rio de Janeiro, e eu penso que nós deveremos fazer um dia de trabalho em que a gente possa concluir... Não vamos ter tempo para almoçar, portanto, nós vamos trabalhar direto, e eu queria que nós, agora, organizássemos o nosso debate, começando com as intervenções dos chefes de Estado dos Países Partes, seguidas das palavras dos Estados associados e, por fim, dos Estados convidados.

Se todos estiverem de acordo, eu gostaria de passar a palavra ao presidente da Argentina, o companheiro Néstor Kirchner, e queria sugerir – eu não sei quanto tempo foi o meu discurso – o meu tempo foi de 13 minutos, e eu gostaria que nós tivéssemos 13 minutos como parâmetro para que pudéssemos fazer o nosso discurso. Obviamente que eu não vou proibir que um presidente fale dois minutos a mais ou três a mais, mas se nós não tivermos um parâmetro, nós não sairemos daqui tão cedo.

Com a palavra, o presidente Kirchner.

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento**

Palácio do Planalto, 22 de janeiro de 2007

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República,
Excelentíssimo senador Renan Calheiros, presidente do Senado,
Excelentíssimo deputado Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos
Deputados,

Ministra Dilma Rousseff,

Ministro Guido Mantega,

Minha companheira Marisa,

Governadores a quem eu quero, de coração, agradecer a presença de
todos aqui,

Quero agradecer aos secretários especiais,

Quero agradecer a todos os ministros

Quero agradecer aos nossos convidados, empresários, trabalhadores,

Dizer para vocês que hoje é um dia especial para o nosso País,

Quero agradecer aos senadores, aos deputados, aos dirigentes
partidários aqui presentes, aos prefeitos, enfim, quero cumprimentar os
presidentes das instituições Caixa Econômica, Banco do Brasil, Petrobras e
tantas outras empresas brasileiras,

Meus amigos e minhas amigas,

No nosso primeiro governo, conseguimos implantar um modelo de
desenvolvimento firmado na estabilidade, no crescimento do emprego e do
salário, na diminuição da pobreza e na melhoria da distribuição de renda.

O desafio agora é acelerar o crescimento da economia, com a
manutenção e ampliação destas e outras conquistas obtidas nos últimos anos.
É hora, acima de tudo, de romper barreiras e superar limites. Por isso, estamos
hoje aqui para lançar o programa de Aceleração do Crescimento.

Queremos continuar crescendo de maneira correta, porém, de forma
mais acelerada. Crescer de forma correta é crescer diminuindo as
desigualdades entre as pessoas e entre as regiões, é crescer distribuindo

renda, conhecimento e qualidade de vida.

Crescer de forma acelerada é arrancar as travas e colocar o País em um ritmo mais compatível com sua capacidade e com sua força. Crescer de forma correta é crescer com equilíbrio fiscal, com redução da dívida e da vulnerabilidade externa. Crescer de forma acelerada é gerar mais emprego e produzir mais riqueza. Crescer de forma correta é crescer sem inflação e sem controle de preços. Crescer de forma acelerada é estimular a indústria, o campo e o setor de serviços em todas as suas escalas e configurações. Crescer de forma correta é crescer mantendo e ampliando as liberdades civis e os direitos democráticos. É implantar uma nova cultura de produção e trabalho que reforce os valores fundamentais da sociedade brasileira.

Meus amigos e minhas amigas,

O programa de Aceleração do Crescimento engloba um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal. O detalhamento técnico do Programa será feito logo após esta minha fala pelos ministros Guido Mantega e Dilma Rousseff. O meu papel aqui é enfatizar o seu conteúdo político e a sua força mobilizadora. A minha intenção hoje é estimular todos os setores da nação a participar deste esforço de aceleração do crescimento, pois uma tarefa destas não pode ser uma atitude isolada de um governo, mas sim de toda a sociedade brasileira.

Um governo pode tomar iniciativas, pode criar os meios, mas para que qualquer projeto amplo tenha sucesso, é preciso o engajamento de todos. Temos que ver o PAC não apenas como um conjunto de medidas, mas como um foco de novas atitudes.

Quando falo em mudança de atitudes, não estou dizendo que não estávamos no caminho certo, mas sim que criamos a hora e o ambiente para mudar e avançar. Quando falamos em acelerar, não se trata, como dizia aquela antiga canção da Jovem Guarda, de entrar na Rua Augusta a 120 km por hora, mas de acelerar com firmeza, na estrada certa, na hora certa, mantidos os limites ideais de segurança. O que não podemos é ter medo de andar na velocidade correta, mesmo que para isso tenhamos que ultrapassar os retardatários e nos livrar de algum peso no meio do caminho.

O Programa de Aceleração do Crescimento é apenas uma peça de uma

grande engrenagem. Ele mesmo vai se ampliar e desdobrar em várias etapas. Como os Ministros vão explicar, as medidas do PAC estão organizadas, nesta primeira etapa, em cinco blocos: medidas de investimento em infra-estrutura, medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento, medidas de desenvolvimento institucional, medidas de desoneração e administração tributária, e medidas fiscais de longo prazo.

Na área da infra-estrutura, junto com medidas nas áreas tradicionais, estamos introduzindo um novo conceito: o de infra-estrutura social. É assim que passamos a denominar investimentos em alguns setores, como habitação e saneamento, transporte de massa, além de determinados programas de água e eletricidade, como o Luz para Todos, que representam, de forma direta, melhoria da qualidade de vida da população mais pobre.

Antes que os porta-vozes do óbvio comecem a dizer que falta isso ou que falta aquilo, repetimos que o PAC vai ser implantado em módulos, dada a magnitude do universo a atingir. O Programa faz parte de um grande esforço de crescimento que pressupõe, igualmente, a aceleração da reforma política, a aceleração da reforma tributária e a aceleração do aperfeiçoamento do sistema previdenciário, para o qual, aliás, o PAC já traz medidas específicas.

As soluções óbvias nem sempre são as mais fáceis. Elas, muitas vezes, são as mais difíceis de implantar. Muitos falam em disciplina de gastos, diminuição de impostos e baixa de juros. Nós, mais que ninguém, defendemos e praticamos isso, só que não estamos na posição cômoda dos que apenas se contentam em falar, mas no papel difícil e responsável de encontrar os meios adequados para fazer. Estamos mostrando que, com esforço e planejamento, as soluções aparecem. Os juros estão caindo, estamos ampliando as desonerações e vamos continuar racionalizando os gastos correntes, sem prejudicar setores vitais nem áreas estratégicas. O mais importante, e o lançamento do PAC é uma demonstração disso, é que as condições fiscais permitem o aumento do investimento do governo federal sem comprometer a estabilidade.

Minhas amigas e meus amigos,

Tenho forte esperança de que o PAC seja o início de um novo processo de mobilização coletiva que estimule uma mentalidade produtiva em todos os setores sociais e que ajude a fundamentar uma verdadeira cultura produtiva: a

cultura do trabalho. Iremos fazer, cada vez mais, a nossa parte para canalizar e catalizar a incrível energia empreendedora que se espalha Brasil afora. Para isso, temos que contagiar, de forma especial, o ambiente interno do governo, porque só avançaremos se conseguirmos melhorar, cada vez mais, o padrão de eficiência do setor público.

Faz parte desse esforço coletivo, portanto, a melhoria de serviços públicos básicos, como segurança, educação e saúde, introduzindo, a médio e longo prazo, nesses setores, a filosofia de metas de produção, de gerenciamento por resultados e controle de qualidade. Nenhum país pode se desenvolver sem incorporar toda a sociedade nesse esforço de superação e crescimento. A política de desenvolvimento, como temos repetido, tem que ser inclusiva e não segregadora de setores inteiros da sociedade. Mais desenvolvimento não é somente o crescimento do PIB e melhoria de variáveis macroeconômicas, tampouco é só acumulação de renda e capital. Ela deve ser, antes de tudo, desenvolvimento humano. Para alcançarmos isso, temos que aperfeiçoar nosso sistema de idéias e nossas instituições. A cultura produtiva, aliada a um novo humanismo, deve ser o motor para transformar o País. O melhor de tudo é que conseguimos implantar bases bem sólidas para que isso aconteça. Hoje, na síntese final e completa da soma dos resultados econômicos, social e político, o Brasil, sem sombra de dúvida, se coloca em uma posição privilegiada no mundo. Aqui não se cresce sacrificando a democracia, aqui não se fortalece a economia enfraquecendo o social, aqui não se cria ilusões de distribuir o que não se tem, nem de gastar o que não se pode pagar. Aqui, o econômico, o político e o social estão plenamente enlaçados em um moderno projeto de nação.

Meus colegas de política e de missão pública,

Mais que nunca é hora de nós, políticos, mostrarmos que nossa principal tarefa é a de liderar as mudanças que a sociedade exige. A disputa política é envolvente e apaixonante, mas não podemos deixar que nossa energia se dissipe e a oportunidade histórica se perca. O Programa de Aceleração do Crescimento depende de forma vital do apoio do Congresso, seja provando e aperfeiçoando propostas do Executivo, seja oferecendo novas idéias. O PAC precisa ser e será sustentado por uma ampla coalizão política de forças democráticas que defendem uma idéia de nação justa e independente. Sei que

contaremos, mais uma vez, com o apoio livre e soberano do Legislativo na construção de um novo Brasil. Sei também que contaremos com a compreensão e apoio dos governadores, que de certo apoiarão o Programa, que tem como um dos seus eixos a diminuição dos desequilíbrios regionais e que prevê obras e ações em todo o território nacional.

A democracia é um ambiente mais saudável para o crescimento. Pouco me interessaria um aumento expressivo do PIB se isso implicasse, o mínimo que fosse, redução das liberdades democráticas, assim como não adianta crescer sem distribuir, não adianta crescer sem democratizar.

Assim como vamos conseguir evoluir para o crescimento acelerado com estabilidade, também vamos continuar aperfeiçoando nossas práticas políticas para termos uma democracia cada vez mais participativa. Mas este esforço de crescimento do PAC precisará ser completado por um incremento na qualidade da educação, na implantação da política nacional, da política social e na implantação de uma nova política nacional de segurança pública. Por isso, dentro de curto prazo, será lançado um conjunto de medidas específicas na área de educação e ações importantes no setor da segurança pública, a serem compartilhados pela União e pelos estados brasileiros.

Minhas amigas e meus amigos,

É tempo de ampliarmos ainda mais a nossa esperança no Brasil. Na verdade, o Brasil é um dos países do mundo que não deu margem nos últimos tempos à perda de esperança. Mesmo aquelas pessoas que, por precipitação emocional ou volúpia interesseira, viram em problemas passageiros alimento para uma retórica da desesperança, mesmo elas não tiveram combustível para prosperar em seu pessimismo.

É tempo, outra vez, de acumularmos matéria-prima de sonho e de utopia. Nas décadas que se avizinham, o Brasil será cada vez mais um semeador de novos caminhos para si mesmo e para o mundo. Para isso, é imprescindível que criemos projetos e programas como o PAC, que não se esgote em um governo, mas que seja um trabalho a ser completado e aperfeiçoado pelas próximas gerações.

O Brasil tem que ser o palco de experimentação social profunda, e a transformação social não é feita pelo condão mágico dos governos, mas sim pela força criativa e mobilizadora da sociedade. Não desperdicemos esta

chance. Mais que nunca é tempo de sonhar e progredir, tempo de acelerar, tempo de crescer e tempo de incluir.

Muito obrigado.



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome

Davos – Suíça, 26 de janeiro de 2007

Primeiro, eu quero cumprimentar o ministro Furlan,
O nosso presidente do Banco Central, Meirelles,
Nosso ministro Celso Amorim,
Cumprimentar o nosso assessor,
Estou vendo aqui o Paulo Coelho,
Meu querido José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras,
Meus amigos e minhas amigas,

Eu, na verdade, fiz questão de vir ao Fórum de Davos quase como se fosse uma necessidade política de falar num fórum em que, quatro anos atrás, eu fiz a minha primeira aparição pública num fórum internacional.

Foi aqui que ganhou destaque a idéia do programa Fome Zero. Um programa que visava minimizar o sofrimento de 11 milhões de famílias que, no Brasil, ganhavam ou viviam abaixo da linha da pobreza.

Terminado o primeiro mandato, eu posso dizer a vocês que embora não tenhamos feito tudo que nós gostaríamos de fazer, fizemos muito mais do que já tinha sido feito em qualquer outro momento da história do nosso País, em se tratando de política social.

Criamos o programa Fome Zero. Dentro do programa Fome Zero nós criamos o programa Bolsa Família, que hoje atende 11 milhões de famílias. Aquelas que recebem abaixo de 60 dólares por mês, per capita, recebem um auxílio do governo, com a obrigatoriedade de que as pessoas beneficiadas com os programas têm que colocar os filhos na escola, a mulher gestante tem que



fazer os exames pré-natais, e as crianças têm que tomar vacina.

Assumimos o compromisso de, até 2008, levar energia elétrica à casa de 12 milhões de brasileiros que não tinham energia elétrica. Já cumprimos metade do programa. No primeiro mandato levamos energia elétrica para 5 milhões de pessoas, ou seja, energia elétrica em que o governo arca com a despesa, o governo federal com 80%, os estados com 20%, e até 2008 nós iremos terminar em todo o Brasil para evitar que qualquer família possa ficar sem energia elétrica.

Ao mesmo tempo fizemos um programa de reforma agrária, em que atendemos 380 mil famílias, num total de 31 milhões de hectares desapropriadas para efeito de reforma agrária.

Possivelmente, o Brasil nunca tinha conhecido a política de crédito que fizemos para a agricultura familiar, saltando de 1 bilhão de dólares de financiamento na agricultura familiar para, praticamente, 5 bilhões de dólares na safra 2006/2007. Também o Brasil nunca tinha conhecido a política de microcrédito que nós fizemos nesses primeiros quatro anos.

Bem, acho que a quantidade de empregos formais criados no Brasil, pelo menos nas últimas duas décadas, a gente não tinha conhecido a criação de 5 milhões de empregos com carteira profissional assinada. E a economia, como disse o senhor Klaus, o Brasil vive um momento, eu diria, de auto-estima interna e de confiança externa, porque a nossa economia nunca esteve numa situação privilegiada como está hoje.

O Brasil não sabia crescer com inflação baixa, o Brasil não sabia exportar com o crescimento do mercado interno. Cada vez que a gente fazia a opção de crescer as importações, matava o mercado interno, cada vez que se voltava para o mercado interno, matava as exportações. E o Brasil aprendeu a combinar uma política de crescimento das exportações com o crescimento do mercado interno, controle da inflação com crescimento econômico, superávit comercial, superávit na conta corrente e reservas, como há muito tempo o



Brasil não imaginava que pudesse ter – 87 bilhões de dólares de reservas – o que deixa o Brasil numa situação altamente privilegiada, saldando suas dívidas com o FMI, com o Clube de Paris, sem que houvesse nenhum trauma, provando que democracia e seriedade são dois instrumentos eficazes para que a gente possa fazer as economias crescerem e as populações melhorarem de vida.

Mas não foi apenas no Brasil. Houve uma mudança importante na América do Sul nesses últimos quatro anos. O mapa geopolítico da América do Sul mudou, todos os governantes mudaram nesses últimos quatro anos, e todos os governos hoje, da América do Sul, com mais ou com menos ênfase, todos, sem distinção, têm compromissos sociais profundos que há muito tempo a nossa querida América não sentia.

Por isso, eu estou esperançoso de que nos próximos quatro anos, não apenas o Brasil, mas o continente sul-americano terá um papel extraordinário. Vocês acompanharam, nós dissemos no começo do mandato, que nós íamos trabalhar para mudar a geografia mundial, a geografia comercial do mundo, e eu espero que a Rodada de Doha possa garantir que se tenha uma mudança substancial, porque não tem outro jeito de acabar com a pobreza se não dermos oportunidade aos países pobres de se desenvolverem.

É preciso parar com a mania dos países ricos darem dinheiro para governantes que, às vezes, nem aplicam o dinheiro corretamente naquilo para o qual foi destinado. É preciso que o investimento seja em projetos de desenvolvimento, porque isso gera emprego, gera riqueza e gera melhoria na qualidade de vida do povo do Continente.

O Brasil fez essa opção pela América do Sul, depois o Brasil fez uma opção de nova integração com a África, com a Ásia, criamos o G-20, e hoje eu acho que ninguém pode falar em comércio exterior no mundo sem levar em conta a existência da América do Sul, a existência do Brasil, a existência da China, a existência da Índia, porque são países que estão passando por um



processo excepcional de transformação.

Terminado o primeiro mandato, nós não temos mais que ficar falando apenas das coisas que fizemos, temos que dizer agora o que nós queremos fazer. Neste segundo mandato, nós temos um outro compromisso com o Brasil, com o povo brasileiro e com a América do Sul. Primeiro, vamos continuar trabalhando fortemente para a criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações. Nós estamos convencidos de que a América do Sul vai ter que se integrar cada vez mais. Para isso precisamos de uma boa política, de bons projetos e de boas políticas de integração. Não haverá integração sem ferrovia, sem rodovia, sem ponte, sem telecomunicações, sem integração aérea. Então, é preciso que haja, da nossa parte, a construção de projetos que permitam ao mundo enxergar que não estamos apenas fazendo discurso quando falamos de integração, mas estamos fazendo, com projetos concretos, obras que podem qualificar, para o mundo, a verdadeira integração, como a rodovia que estamos financiando no Peru, ligando o Brasil ao Oceano Pacífico, passando pelo Peru, uma estrada de quase 1.800 quilômetros.

Pois bem, neste segundo mandato nós começamos o ano lançando um programa de desenvolvimento para o Brasil, um programa de desenvolvimento que leva em conta três aspectos. O primeiro aspecto são mudanças na política econômica, sobretudo na área de desoneração de vários setores da economia. Num segundo momento são medidas que estamos enviando ao Congresso Nacional para desobstruir os marcos regulatórios, para garantir que o Brasil tenha mais facilidade de colocar em prática os seus projetos. E o terceiro, uma definição de desenvolvimento regional, levando em conta as particularidades de cada região do País para que a gente possa, no que diz respeito a estradas, rodovias, ferrovias, portos, eletricidade, ou seja, um projeto que prevê um investimento de 236 bilhões de dólares até 2010.

Eu não assisti aos lançamentos dos outros programas que aconteceram no Brasil, mas aqui tem personalidades que participaram de outros. Eu duvido



que em algum momento da história do Brasil foi lançado um programa com a substância e com começo, meio e fim, como o programa que nós lançamos neste último final de semana. Um programa que prevê, sobretudo, o investimento de mais de 140 bilhões de dólares em habitação e saneamento básico. Nesses quatro anos nós queremos fazer uma pequena revolução, a começar pelas regiões metropolitanas, que é onde se concentra o grande déficit habitacional, sobretudo nas pessoas que ganham de 0 a 5 salários mínimos. É exatamente na região metropolitana que surgem os núcleos de violência, em função da desagregação da estrutura da sociedade por questões econômicas, por questões familiares e por outras questões que um dia a sociologia vai explicar e, quem sabe, a psicologia vai explicar. O dado concreto é que nós, ou atacamos isso agora, ou não iremos conseguir superar os obstáculos.

Além disso, nós temos o compromisso de fazer nesses próximos quatro anos, em cada cidade-pólo do Brasil, uma extensão universitária e uma escola técnica profissional. Temos o compromisso de levar a Universidade Aberta para reciclar os educadores brasileiros simultaneamente na sua própria cidade, sem precisar ninguém se dirigir à capital para fazer um curso. E temos um forte compromisso em tentar resolver o problema do analfabetismo no Brasil, que caiu muito, mas ainda é grande, e nós queremos ver se atacamos isso com muita força.

Este segundo mandato, para mim, é extremamente importante porque nós não temos que fazer mais comparação com nenhum outro governo. Nós agora temos que nos comparar conosco mesmo, e muito mais do que nos comparar, nós temos que trabalhar de forma a pensar qual o Brasil que a gente vai deixar para o próximo governo e para as próximas gerações.

Eu, particularmente, estou convencido de que o Brasil há muito tempo não vive um momento importante como o que está vivendo.

Eu digo sempre que na década de 50, quando o Brasil tinha como



presidente Juscelino Kubitschek, em que o PIB crescia à média de 7% ao ano, a inflação era de 23%, e o salário mínimo não crescia constantemente. Eu me lembro que no milagre brasileiro, de 1968 a 1973, quando a economia crescia em média 10% ao ano, e em 1973, quando o PIB cresceu 13,94%, o salário mínimo decresceu 3,4%.

Nos nossos quatro anos de governo, nós trabalhamos de forma muito harmônica e o salário mínimo cresceu todos os anos. Agora, fizemos uma proposta para o salário mínimo até 2023, fazendo com que o salário mínimo tenha um crescimento, todo ano, para que a gente possa dar sustentabilidade ao aumento da renda das pessoas mais pobres. É por isso que, no Brasil, os 50% mais pobres passaram de 10,49% da economia para 12,24%, um crescimento que há muito tempo não acontecia para a camada mais pobre da população.

Este é o Brasil que nós estamos tentando mostrar ao mundo, um Brasil que se encontrou consigo mesmo, um Brasil que está aprendendo fortemente que a consolidação do processo democrático do nosso País não está no discurso que temos capacidade de fazer, mas na capacidade de distribuição de renda que possamos fazer, para que o povo possa sentir, de forma muito categórica, que vale a pena acreditar na democracia, que a democracia é a possibilidade que elas têm de ver como um dirigente sindical, metalúrgico, pode chegar à Presidência da República. Portanto, elas poderão ter certeza de que através da democracia, vão conseguir conquistar as melhores condições de trabalho e as melhores condições de vida.

Eu gostaria, já pedi ao Meirelles, já pedi ao Guido, já pedi ao nosso companheiro Guido Mantega, eu acho que não falei no nome dele aqui na hora em que cheguei, e ao Furlan, para que a gente convoque os empresários europeus, americanos, ingleses, japoneses, para irem conhecer de perto, a partir dos meses de fevereiro, março e abril, o nosso Programa de Aceleração da Economia, porque esse é apenas o começo. E agora em março estaremos



lançando uma implementação de um programa educacional.

É importante dizer que nesses primeiros quatro anos nós fizemos 40 extensões universitárias, 62 escolas técnicas, e queremos melhorar isso muito mais porque entendemos que é através do conhecimento, da educação, do conhecimento científico e tecnológico que vamos mudar o Brasil.

Eu aprendi uma coisa, e está aqui o Garcia, da CAF, que pode dizer: eu tenho dito a todos os dirigentes sul-americanos que nós precisamos parar de viajar pelo mundo chorando a nossa miséria e encontrando culpado para a nossa desgraça. Nós precisamos entender que a nossa gente interna tem responsabilidade com o que aconteceu na América do Sul e no Brasil. Muitas vezes a responsabilidade é nossa e, ao invés de ficarmos procurando outros culpados, nós temos que dizer o que nós queremos fazer, assumir compromissos soberanos com o nosso povo e fazê-lo sem medo de errar.

É por isso que eu não poderia deixar de vir aqui, dizer para vocês que o Brasil definitivamente encontrou o caminho para se transformar em um país sério, um país respeitado no mundo e um país que aprendeu a andar de cabeça erguida, que não pede favores, exige direitos, e é por isso que nós estamos brigando, junto com o G-20, para que os países ricos adquiram a consciência de que se não houver um acordo na Rodada de Doha, não adianta culpar o Iraque, não adianta tentar achar que as guerras que acontecem pelo mundo serão resolvidas com ajuda financeira de quando em quando. É na possibilidade do crescimento econômico, da geração de empregos, da distribuição de renda, que nós vamos viver num mundo tranquilo.

Eu queria terminar dizendo a vocês que nós criamos o biodiesel, está aqui o presidente da Petrobras, nós estamos com um programa forte no Brasil. A partir de janeiro de 2008, todo o óleo diesel do Brasil terá 2% de biodiesel. Em 2013, nós vamos antecipar para 2010, nós teremos 5%, e não há por que a indústria automobilística brasileira não começar a pensar em produzir um motor totalmente a diesel, porque não há nenhuma razão para que a gente não use



biodiesel. O biodiesel gera emprego, gera renda, gera desenvolvimento, e o nosso programa poderia ser um exemplo, a ser financiado pelos países ricos aos países africanos e aos países da América Central.

Um país grande como os Estados Unidos e rico como os Estados Unidos, ao invés de ficar fazendo álcool de milho, que poderia servir para a gente criar galinha, criar porco, criar ração animal, poderia estar participando com os países pobres, financiando projetos para que através da soja, para que através do girassol, pare que através do dendê, para que através da mamona, para que através de tantos outros produtos a gente pudesse estar produzindo combustível limpo para o mundo, combustível não poluente, combustível gerador de empregos. Quem sabe, quando a gente chegar nesse momento, o mundo vá viver mais tranquilo, com menos guerra, e a gente vá poder então participar do Fórum Mundial de Davos, participar do Fórum Social Mundial com mais tranquilidade.

Eu já percebi que houve uma melhora no Fórum de Davos, porque já não tem tanta gente fazendo barreira para impedir que as pessoas venham aqui. Parece que, muitas vezes, os setores mais à direita acham que o Fórum Social virou menos de esquerda. Eu acho que o pessoal da esquerda está achando que o Fórum de Davos virou menos direita, então, já não precisa mais barreira para impedir as pessoas de participarem. Eu quero dar os parabéns a vocês porque a teimosia e a persistência de manter o Fórum permitiu que o mundo entendesse que o Fórum era uma necessidade para que as pessoas pudessem se encontrar, trocar idéias, convergir, divergir, mas cada um sair daqui sabendo que, por mais que façamos, sempre temos que fazer um pouco mais. Obrigado.

_____ : (em inglês)

Respostas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos participantes da



Sessão Plenária

Presidente: Quando nós elaboramos o PAC nós trabalhamos, primeiro, com a definição daquilo que era possibilidade de investimento do governo. Segundo, nós trabalhamos com a possibilidade concreta de que vários dos projetos terão que ser feitos entre parceria pública e privada. Por exemplo, as hidrelétricas que nós queremos fazer no rio Madeira, que são dois projetos de grande envergadura, esses projetos terão que ser feitos em parceria com a iniciativa privada ou, possivelmente, só pela iniciativa privada. Vai depender da capacidade de fazer investimento.

As estradas que nós queremos fazer, nós mandamos para o Congresso Nacional, foi aprovada a Lei do PPP. Nós agora estamos trabalhando com os empresários para construir essas parcerias e começarmos a trabalhar. Agora, enquanto não se constrói essa parceria, porque muitas vezes os empresários são muito desconfiados na hora de fazer os seus investimentos, o governo não pode ficar esperando. O governo tem que, concomitantemente, ao mesmo tempo em que está trabalhando, mudando os marcos regulatórios para que a gente possa atrair empresários para fazer parceria. Nós vamos ter que fazer lição de casa, vamos ter que fazer as nossas tarefas, tem coisas que o Brasil não pode esperar. Se o Brasil não pode esperar porque isso vai atrapalhar o crescimento, nós vamos começar a fazer.

Nós temos aí portos importantes, eu citaria os portos do Rio, portos de São Paulo, porto do Maranhão, Itaqui, porto de Suape, em Pernambuco; porto de Pecém, no Ceará, que são portos importantes para o Brasil, e nós não podemos mais ficar esperando. Estamos há três anos esperando para fazer dragagem e agora nós vamos fazer. Agora, como diz um bom jogador de futebol, ou vai ou racha. Nós não temos tempo para esperar porque isso torna o custo-Brasil maior, isso tira a competitividade do Brasil. O Furlan está aqui e ele sabe que eu sou um entusiasta do crescimento das exportações, trabalho



de forma árdua para que a gente possa vender cada migalha de coisa que nós produzimos no Brasil. E quanto mais estradas nós tivermos, quanto mais ferrovias nós tivermos, quanto melhores forem nossos portos e quanto mais parceria fizermos com os empresários brasileiros, com os empresários estrangeiros, nós teremos condições de alcançar esse nosso sonho.

Eu estou convencido de que na política interna brasileira há compreensão de todo o Congresso Nacional, dos governadores, pode ser que um governador tenha uma crítica aqui, outra ali; um deputado tenha uma crítica aqui, outra ali; mas no fundo, no fundo, eles sabem que esse projeto não são projetos do presidente Lula, não são projetos apenas do governo, são projetos para o Brasil. Se formos competentes e conseguirmos concluir tudo que queremos concluir até 2010, aquele que vier depois de mim vai pegar um Brasil muito mais arrumado do que eu peguei. E é isso que interessa para quem quer investir no Brasil, para quem é brasileiro e, sobretudo, para quem quer governar o Brasil.

Presidente: Olha, eu vou começar pela taxa de juros. É verdade que todos nós – está aqui o presidente do Banco Central, eu, presidente da República, o ministro da Fazenda – todos nós gostaríamos que a taxa de juros no Brasil fosse mais baixa do que é. Acontece que você não consegue reduzir a taxa de juros num passe de mágica, você precisa criar sustentabilidade, confiança política e confiança no mercado para que você possa, de forma dinâmica, ir reduzindo a taxa de juros. Estamos fazendo isso há um ano consecutivo.

Veja, eu digo todo dia que, em economia, tinha um velho político no Brasil de quem eu gostava, que eu admirava, o dr. Ulysses Guimarães, que dizia: “em política econômica, a maioria das coisas que a gente faz, a gente não fala, porque se a gente for falar, a gente não faz.” Então, o Brasil é um país que já teve muitas experiências, ministros que apareciam no governo e tinham um plano mágico, se inventou o plano Collor, plano Verão, plano Bresser, ou



seja, foi se inventando planos. Acontece que cada um deles, seis meses depois, um ano depois, dois anos depois, quebrava. E quando quebrava, o povo ficava com o prejuízo.

Eu tenho dito, desde que tomei posse, que não há mágica em economia, em economia há seriedade. E você há de compreender que nós não tivemos o sucesso econômico que tivemos se não tivéssemos responsabilidade fiscal. Foi exatamente a nossa responsabilidade fiscal que permitiu que o Brasil hoje tivesse superávit de conta corrente, tivesse superávit na balança comercial, tivesse 88 bilhões de dólares de reservas, chegasse a 140 bilhões de exportação, fizesse crescer a renda dos mais pobres, fizesse crescer o salário mínimo. Esse é um comportamento que foi criando nas pessoas a certeza de que nós não estávamos fazendo uma aventura, nós estávamos fazendo um país. É uma coisa mais séria. Portanto, a taxa de juros vai continuar caindo na medida em que a gente for conquistando mais confiança e mais garantia. Quanto mais garantia e quanto mais confiança nós passarmos para a sociedade, mais nós poderemos ir reduzindo a taxa de juros.

É importante lembrar também que uma boa parte do dinheiro, sobretudo os grandes empresários, e eu estou vendo aqui alguns brasileiros, sabem que não é a taxa Selic que norteia o financiamento deles, aqueles maiores conseguem pegar financiamento em dólares, a um preço muito mais barato, aqueles que não querem em dólar vão ao BNDES, que é o grande banco de financiamento da indústria brasileira, e pegam juros hoje a um preço muito barato.

O crédito para a agricultura no Brasil, todo mundo sabe que é um crédito num nível muito, muito importante, que fortalece a agricultura brasileira. O microcrédito é um sucesso extraordinário no Brasil e, sobretudo, o crédito consignado, que é o empréstimo ao trabalhador brasileiro e ao aposentado, com desconto na folha de pagamento, que é um sucesso extraordinário. Eu não posso citar os números aqui, mas devemos chegar quase aos 35 ou 40



bilhões de reais emprestados para o povo. E nós vamos continuar, então, com essa política, e vamos conseguindo reduzir a política de juros.

A responsabilidade fiscal e a política fiscal, eu tenho discutido que todo mundo fala com muita facilidade na questão fiscal do Brasil. Primeiro, o Brasil é um país que tem as coisas razoavelmente arrumadas, fala-se muito de um déficit da Previdência Social, que é de quase 50 bilhões de reais, e eu tenho dito que o déficit não é da Previdência Social, o déficit é porque nós, brasileiros, na Constituição de 88, resolvemos fazer a mais forte política social que um país já fez no mundo, resolvemos enquadrar no sistema de benefícios da Previdência Social 6 milhões de trabalhadores rurais. Depois criamos o Estatuto do Idoso, depois criamos a Lei Orgânica de Seguridade Social. Para ajudar quem? Para ajudar pessoas que não trabalhavam, que tinham uma certa idade, pessoas portadoras de deficiência. Isso tem um gasto de 40 bilhões de reais e é um gasto que o Brasil tem que assumir com os seus pobres. Eu não vejo isso como problema.

Agora, se você pegar a Previdência Social brasileira e pegar aqueles que contribuem, empresários e trabalhadores, e pegar os trabalhadores que contribuem e os que recebem a Previdência, não tem déficit. O déficit é exatamente porque nós incluímos outros agrupamentos de brasileiros e brasileiras dentro de um sistema. Eu digo para o Guido, o déficit é do Tesouro, não é da Previdência. E, portanto, nós não temos que reclamar disso não. Isso é política social para ajudar as pessoas mais pobres do País. Se nós não fizéssemos isso, estavam dormindo na sarjeta ou estavam na cadeia.

Eu não lembro qual foi a terceira. A questão dos portos. Vejam, os portos nós já definimos. Agora, definimos uma primeira vez, as coisas não andaram porque tudo é muito complicado, a legislação é muito complicada e nós, agora, resolvemos transformar isso numa questão de honra, nós vamos transformar os portos brasileiros em portos competitivos com os melhores do mundo.



Presidente: O esforço de conquistar lucro é um esforço bom. Duro é o esforço para evitar o prejuízo, mas para ter lucro está ótimo.

Eu queria dar um palpite, não vou aqui fazer *merchandising* do Brasil e não vou pedir para vocês: visitem o Brasil, invistam no Brasil. Não vou fazer isso não. Isso só vai fazer quem quiser ganhar dinheiro e ter segurança nos investimentos. Pode ir ao Brasil. Mas eu queria dizer para vocês o seguinte: todos vocês têm relações com os governos dos países importantes do mundo.

É importante que os empresários brasileiros participem, ou melhor, os empresários do mundo inteiro participem ativamente no convencimento dos governantes, de que é preciso acontecer um acordo na Rodada de Doha, é preciso acontecer.

Não falo pelo Brasil, porque o Brasil é competitivo em várias áreas, sobretudo, na área da agricultura. O Brasil não tem problema de competir com nenhum país do mundo, mas se nós quisermos dar um sinal aos países mais pobres do Planeta de que eles vão ter chance no século XXI, é preciso que Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, sobretudo esses países mais importantes, assumam a responsabilidade de pactuar esse acordo para que a gente tenha a conclusão de um acordo. E esse acordo é o seguinte: os Estados Unidos têm que desobstruir, diminuir um pouco o subsídio; os países europeus precisam, na verdade, permitir, facilitar, o acesso agrícola dos países mais pobres do mundo. E nós, os países emergentes, estamos dispostos a fazer a nossa concessão em produtos industriais e em serviços, proporcional ao nosso poder, porque na agricultura brasileira nós ainda temos 25% da população. Na Europa vocês têm quanto? Um por cento? Não dá para ser igual, mas se a gente quiser evitar o terrorismo e o crescimento do crime organizado, creiam, a Rodada de Doha é um caminho, ela pode ser o caminho da esperança de milhões de seres humanos que aguardam um gesto nosso.

No ano passado eu liguei para o presidente Bush, liguei para o



presidente Chirac, liguei para o primeiro-ministro Tony Blair, falei com a primeira-ministra da Alemanha, falei com o Zapatero, não falei com Deus porque eu acho que Deus já fez demais por nós. Agora, as pessoas precisam ter sensibilidade. O que a gente não gasta num acordo comercial a gente gasta depois, numa guerra como a do Iraque, uma guerra sem fim.

Então, é preciso que a gente tenha sensibilidade para isso. Esse é o apelo que eu queria fazer aos empresários. Discutam com seus governantes e peçam que eles tenham sensibilidade nesse momento, e vamos fechar um acordo. Posso dizer para vocês que o Brasil cumprirá com a sua parte. O Brasil fará as concessões dentro das suas possibilidades e convencerá o G-20 a fazer, para que os países ricos façam as suas. Agora, é preciso que a Europa e os Estados Unidos se entendam, porque senão não tem acordo.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega do 3º Troféu Mesa Redonda da TV Gazeta**

São Paulo-SP, 29 de janeiro de 2007

Meu querido Flávio Prado,
Nosso querido Roberto Rivelino,
Nosso querido prefeito Kassab,
Meu querido ministro Orlando Silva,
Meu caro senhor Paulo Camarda, presidente da Fundação Cásper
Líbero, ausente por motivo de força maior,
Sérgio Felipe dos Santos, presidente geral da Fundação Cásper Líbero,
Meus amigos e minhas amigas,
Jogadores, técnicos, dirigentes,

Quando você chega à Presidência da República, a impressão que se tem é que não há mais nenhuma razão para você ficar nervoso ou emocionado em qualquer evento. Mas, como o ser humano reage às emoções a cada momento, mesmo em momentos que são inesperados, como chegar aqui e encontrar pessoas que habitualmente eu só via na televisão, ora vendo um jogo de futebol pela televisão, ora indo ao estádio onde a gente vê de longe. O Rivelino era muito pequenininho, a gente, lá de cima da arquibancada, via o Rivelino correr, via o Clodoaldo.

A admiração profunda que eu tenho pelo trabalho de alguns técnicos, e eles estão aqui presentes, porque não tem profissão mais ingrata que a de técnico: quando é campeão, tem todos os prêmios; quando perde, todas as vaias do mundo. Mas todo mundo também sabe que isso faz parte da vida, porque todo mundo conhece bem o mundo do futebol.

E a minha alegria de estar aqui, e a razão pela qual aceitei vir aqui,



saindo de Brasília, é apenas para significar um gesto para o povo brasileiro. Nós temos três coisas que, no Brasil, nivelam a sociedade, ricos e pobres, pretos e brancos, mulheres e homens, ou seja, não tem separação: um, é o carnaval, quem for ao carnaval, por qualquer lugar deste País, ao chegar num bloco, ali, você não sabe quem é quem, quanto ganha, filho de quem é, você sabe que a pessoa está se divertindo. A outra, é a praia. Não tem nada mais extraordinário do que uma praia. Obviamente que se você for olhar o iate, você vai perceber que tem alguém de uma origem social diferente. Mas ali, na areia, tomando banho de sol e batendo uma bola, todo mundo é igual, ninguém sabe quem é rico ou quem é pobre. E a outra é o futebol. Nada – e eu estava vendo o desfile dos meninos que ganharam os prêmios – nada é socialmente mais justo do que o futebol, porque são raras as profissões do mundo que permitem que um jovem, por mais humilde que seja, do lugar mais pobre deste País, tenha a possibilidade de virar uma personalidade importante da Seleção Brasileira, de um clube importante.

E é exatamente o futebol, essa coisa fantástica, em que a discriminação não é contra o pobre, foi contra o Fernandão, segundo o Alan Kardec, porque ele tinha o pai que tinha, nem deveria ser um grande fazendeiro, porque se fosse um grande fazendeiro, o Fernandão teria ido para Paris estudar, ou seja, era um médio proprietário e tinham preconceito contra ele, porque também é preconceito dizer: “Ah, o cara é filho de rico, não joga bola, isso é coisa para pobre”. Também não é verdade.

Na verdade, eu vim aqui apenas para dizer o seguinte: tem presidente da República ou governador – e eu acho que a vinda do Kassab aqui é uma coisa importante – e prefeitos que não gostam de dizer para que time torcem: “Ah, eu não torço para ninguém, eu torço para todos”. Olha, político que diz que torce para todos é mentiroso. É a mesma forma que jogador de bola, você vai jogar na várzea, chama o cidadão e fala: “Em que posição você joga?” “Jogo em todas”. Não joga em nenhuma. Não é isso, Felipão? Todo mundo sabe que



é assim.

E eu vim aqui para dizer exatamente isso, gente. Nós temos consciência de que o futebol brasileiro não é uma coisa pequena, como alguns querem dizer. O futebol brasileiro é uma paixão nacional, que está incrustada na alma e na consciência deste povo. O futebol brasileiro está definitivamente no cotidiano da nossa vida, nos nossos domingos, nas nossas segundas. Na segunda é mais grave porque a gente chora, como eu, Leão, depois de ver o Corinthians jogar sábado, nem brinca! De qualquer forma, como eu sou um homem que tem muita esperança, eu estou sempre no aguardo de dias melhores. Mas o futebol está na nossa vida.

Pois bem, hoje, como torcedor, como ser humano, eu acho fantástico um menino pobre da periferia aparecer no São Paulo, no Santos, no Palmeiras, no Corinthians, no Vasco, no Botafogo, no Bahia, no Vitória e de repente está ele com a camisa do Real Madrid, está ele com a camisa do Boca, do Benfica, está ele com a camisa de um time da Alemanha. Sabe, é uma coisa extraordinária, é a ascensão mais fantástica que um ser humano espera e isso o futebol proporciona.

Como torcedor eu fico triste, eu fico triste que os nossos times não tenham condições de segurar esses meninos no Brasil. Quando o São Paulo vira campeão como virou este ano, daqui há pouco o coitado do Murici vai ver dois, três, quatro, cinco, seis, que vão saindo, e vão saindo não é porque não gostam do São Paulo ou porque não gostam do Brasil, é porque é a oportunidade da vida deles, e todo mundo vive à procura da sua oportunidade.

Mas nós estamos querendo trabalhar e quem acompanha futebol aqui sabe que nós estamos tentando trabalhar para criar condições para que os times de futebol brasileiros possam ter uma administração mais forte, mais, eu diria, ousada e vigorosa, e que a gente possa manter esses profissionais, na sua grande maioria, no Brasil. Que saudade, não é, Leandro, do tempo da academia, em que todo mundo podia ficar aqui, do tempo do Santos, em que



todo mundo podia ficar aqui. Agora não fica.

Eu estava vendo, esses dias, o jogo da Seleção Brasileira, na Copa do Mundo de Sub-20. A maioria daqueles meninos já vai embora, ou seja, eles foram criados e já vão embora. Se nós não criarmos as condições para que os times brasileiros, sobretudo os times que estão endividados, que se fossem utilizar a lei mesmo, não poderiam pagar e, portanto, quebrariam. Agora, como é que o governo não vai fazer um sacrifício para salvar esses times? Esses times não são uma empresa qualquer, esses times mexem com a cabeça de milhões e milhões de pessoas, fazem parte da cultura brasileira.

Imaginem o futebol brasileiro sem o Palmeiras, sem o São Paulo, sem o Santos, sem o Corinthians, sem o Vasco, sem o Cruzeiro, sem o Atlético, imaginem sem o Flamengo, sem o Botafogo. Então, é da responsabilidade do governo não virar as costas para os problemas dos times de futebol, porque é muito bom a gente participar das festas quando está tudo bem, mas é muito fácil também virar as costas quando os times estão precisando.

Eu fico imaginando, Abel, como é que pode o Brasil prescindir de um time como a Ponte Preta? Já faz parte da cultura deste País. Não é o governo tirar dinheiro do Estado brasileiro para dar, mas é o governo criar as condições para que esses times possam sobreviver, possam pagar melhor os seus jogadores, até porque tem gente que acha que jogador é mercenário. Eu não acho, eu acho que todo jogador é um artista e o artista cobra o preço que ele acha que merece e portanto, nós já tivemos na história do Brasil momentos em que verdadeiros artistas, extraordinários, poderia citar o time da Academia do Palmeiras, o time do Corinthians, o time do Santos, ou seja, jogadores excepcionais que jogaram 10 ou 15 anos e que continuaram numa vida razoável, porque não ficaram ricos.

Então, é preciso pagar bem esses meninos porque quem leva gente ao estádio não é o presidente do clube, é exatamente o jogador de futebol. E também não posso ficar aqui querendo que os clubes paguem o que não



podem pagar. Afinal de contas, é preciso que o Brasil se transforme num país mais rico para que a gente possa ter mais condições de fazer com que os nossos times possam arrecadar mais.

Então, eu saí de Brasília para vir aqui, Flávio, para dizer essas palavras e para dizer da minha admiração pelo Rivelino, lamentando que o Leão tenha sido um dos algozes, pelo menos na consciência do povo mais humilde, de que foi por causa daquele maldito Corinthians x Palmeiras que o Rivelino deixou o Corinthians e foi embora para o Fluminense.

De qualquer forma é um privilégio, Rivelino, eu que chorei e aplaudi, e nunca vaiei, mas tem parte da minha vida acompanhando a tua carreira, desde a tua estréia na Seleção Brasileira, em 1968, quando você substituiu o Gerson. Acho que entrou no segundo tempo e deu elástico no Beckenbauer. Desde esse tempo. Então, estar aqui com você eu acho que compensa, porque muita gente pensa que o papel do presidente da República é só ficar assinando decreto. Não! O papel do presidente da República é dizer para vocês: eu sou como vocês, tenho sentimento, tenho alma, choro, aplaudo, quando o time ganha eu fico feliz da vida.

Leão, pode ficar certo, o dia em que o Corinthians ganhar, mesmo que de um magrinho 1 a 0, você vai saber: o Presidente está feliz hoje. Agora, quando perder... Eu sou um azarado, porque eu sou convidado para entregar um prêmio quando o Corinthians não ganhou um. Tenho um filho que é fanático pelo Corinthians e, para o meu azar, está agora estagiando no São Paulo. Tenho um outro filho que era corintiano, a mulher o fez virar são-paulino. Tenho os meus melhores amigos palmeirenses, que me perturbam o tempo inteiro. E tem o Santos. Eu vim de Pernambuco com sete anos, fui para Santos em 1952 e não virei santista, fiquei corintiano, certamente por causa do 4º Centenário.

Então, eu quero que vocês saibam que é motivo de orgulho. Quero agradecer à direção da Gazeta. Quero agradecer a todos vocês, porque hoje



eu estou me sentindo um pouco mais gente. Não é aquela entrevista sempre pesada que um presidente tem que dar. Eu vim aqui para dizer, Abel, Leão, Filipão, Murici, Clodoaldo, Rogério – o Rogério é uma daquelas pessoas que a gente olha na cara e fala: além de jogador é um baita de um profissional, porque não basta ser jogador, é preciso ser profissional, porque nós, torcedores, não ficamos felizes apenas quando nosso time ganha. Torcedor gosta mesmo é do jogador que sua a camisa, é daquele que acredita que a bola é sempre possível. Aquele que a bola passa perto e ele vira as costas, esse não vai muito longe.

Eu me lembro do tempo, Leão, do Ademir da Guia e do Dudu, que eu tive a oportunidade de conhecer em São Bernardo do Campo, num jogo de amizade lá. Era uma figura fantástica, você não via aquele homem parado dentro de campo, ou seja, aquele homem se matava, porque era um misto de ganhar o seu salário mas, também, do prazer de jogar futebol. E isso o Rivelino fez, de forma extraordinária. Roberto Rivelino, você não sabe a alegria imensa de pegar este troféu e passar à mão daquele que foi o meu maior ídolo no futebol brasileiro.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura dos contratos para construção dos 10 primeiros navios da Transpetro

Suape-Pernambuco, 31 de janeiro de 2007

Meus queridos companheiros e companheiras do estado de Pernambuco,

Meus caros companheiros ministros,

Meus caros companheiros diretores e diretoras da Petrobras,

Meus caros companheiros dirigentes das empresas Camargo Correia e Queiroz Galvão,

Meus caros companheiros deputados federais, deputados estaduais, secretários de Estado,

Meus amigos e companheiros diretores do BNB,

Diretores do BNDES,

Meus queridos companheiros,

Quero cumprimentar o nosso general de Exército Francisco de Albuquerque, comandante do Exército e general Enzo, porque nós estaremos saindo daqui e vamos a Parnamirim, no Rio Grande do Norte. Estamos começando a concretar a BR-01 e depois nós vamos a Crateús inaugurar a segunda maior fábrica de produção de biodiesel do nosso País.

Queria cumprimentar especialmente os companheiros trabalhadores que estão aqui presentes, os presidentes dos sindicatos Alberto Alves dos Santos, do Sindmetal; Ariovaldo Rocha, do Sinaval; Hélio Seidel, da FUP, Federação Única dos Petroleiros; e Severino de Almeida, do Sindmar. E por que eu estou cumprimentando apenas, nominalmente, os trabalhadores? Porque o gesto que estamos fazendo aqui é um gesto para dizer aos trabalhadores brasileiros aquilo que eu aprendi a vida inteira: não tem nada mais sagrado na vida de um homem ou de uma mulher do que trabalhar e no final do mês, com o suor do seu trabalho, levar para casa o pão de cada dia, a roupa das crianças, o brinquedo, e até alguns presentes nos momentos em que ele pode dar.

Recebi um bilhete agora, que está aqui, e aí eu tenho que fazer uma deferência toda especial, eu não vi até agora o nosso querido Ariano Suassuna. Seria infinitamente melhor se ele estivesse aqui no meu lugar para contar uns casos, ao invés de vocês ouvirem o discurso.

Quero agradecer ao nosso querido Eduardo Campos, não só pela colaboração e companheirismo histórico que nós temos, mas pelo trabalho que ele prestou no meu primeiro mandato, como ministro e como deputado.

Quero agradecer a compreensão da imprensa brasileira pelo lançamento do PAC. Quero agradecer a compreensão do povo brasileiro e dizer para vocês que eu não acredito que tenha qualquer cidadão brasileiro contra o PAC. Eu duvido que tenha no Brasil um homem ou uma mulher contra o PAC, porque o PAC não é um projeto do presidente da República, o PAC não é um projeto do governo, o PAC é apenas o atendimento das necessidades do Brasil que nós descobrimos, em função das demandas dos próprios governadores de estados, durante o primeiro mandato.

O PAC não atende especificamente às necessidades individuais de cada estado, o PAC é um programa de integração, uma combinação entre a complementação de obras, por exemplo, da rodovia com a ferrovia, da ferrovia com a hidrovía, e de tudo isso com portos e com aeroportos. Da mesma forma, pretendemos fazer com que o PAC seja apenas o compromisso das obras consideradas prioritárias para o País, sem deixar de reconhecer que os governadores têm outras obras importantes nos estados, por isso vai ser preciso criar o PAC estadual, o PAC municipal, o PAC social, o PAC educacional, o PAC tecnológico, ou seja, agora é o que eu disse lá em Davos, agora ou vai ou racha, porque não há tempo a perder. Nós não temos tempo mais de ficar falando mal de qualquer pessoa, nós agora temos que ter consciência de que o Brasil chegou a uma situação, eu diria, excepcional, como poucos momentos viveu na sua história, com a combinação de uma política macroeconômica, que deu ao Brasil todas as credenciais para permitir que o presidente da República, em qualquer lugar do mundo em que esteja, possa dizer: o Brasil criou as condições para, daqui para a frente, crescer de forma vigorosa, com muita responsabilidade, porque o crescimento não significa a farra do boi, não significa gastar o que a gente não tem, porque se a gente gastar o que não tem, a gente pensa que está fazendo investimento e

está fazendo dívida, e um dia nós vamos ter que pagar essa dívida e já temos experiência com o crescimento da década de 80 ou com o milagre brasileiro.

Do nosso ponto de vista, não interessa o crescimento apenas pelo crescimento. Este País já cresceu 13,94% ao ano em 1973, e o salário mínimo decresceu 3,4%. No tempo de Juscelino, este País cresceu em média 7% ao ano, e o salário mínimo não acompanhou esse crescimento. O milagre é a gente trabalhar com a responsabilidade de permitir que o crescimento do PIB e o crescimento da economia signifiquem também o crescimento da melhoria da qualidade de vida de 190 milhões de brasileiros, sobretudo daqueles que vivem do trabalho. É para isso que nós queremos crescimento.

O crescimento não é apenas para mostrar que o PIB cresceu ou que a produção industrial cresceu. Tudo isso é maravilhoso, mas mais maravilhoso é a gente poder mostrar que o PIB cresceu, a indústria cresceu, a agricultura cresceu, mas também cresceu o salário daqueles que são responsáveis pelo crescimento do PIB e pelo crescimento do nosso País, que são os trabalhadores e trabalhadoras do nosso querido Brasil.

Meu caro governador Eduardo Campos, o PAC prevê um investimento, até 2010, de praticamente 504 bilhões de reais. Se nós imaginarmos, e os empresários depois podem falar, se entrar da iniciativa privada, para cada real do governo, se colocar um real da iniciativa privada, nós poderemos chegar, com uma certa facilidade, a 1 trilhão de reais de investimentos. Isso não é apenas um sonho, isso pode ser transformado em realidade se nós estivermos convencidos de que houve um tempo em que a gente dizia que o Brasil não podia crescer por causa do FMI. Em um outro tempo a gente dizia que o Brasil não podia crescer porque o mercado internacional estava vivendo um processo de desaquecimento. Houve um tempo em que a gente dizia que não podia crescer porque não tinha projeto e houve um tempo em que se tomou uma determinação de terceirizar o País. O País foi terceirizado, os governantes entendiam que tinha havido um tal de Consenso de Washington, que ninguém tinha lido, mas se era de Washington era bom, e para mim o consenso é do sertão nordestino, é de Brasília, é de São Paulo, é do Sul deste País, é esse o consenso que nós precisamos construir para termos a sabedoria de ouvir quais são as nossas necessidades para, a partir daí, começar a trabalhar.

No PAC nós estamos destinando praticamente 80 bilhões e 500 milhões

de reais aqui para o Nordeste. Mas o PAC não pensa apenas a indústria, a estrada, o navio, os portos, os aeroportos ou hidrelétricas. O PAC pensa também em infra-estrutura de caráter social, saneamento básico e habitação, onde estaremos colocando praticamente 140 bilhões de reais até 2010.

Bem, ao lançarmos o PAC, quem assistiu o lançamento ou quem acompanhou percebe que poucas vezes na história do País, poucas vezes, um programa foi lançado com a consistência técnica e econômica com que nós lançamos o PAC. É por isso que nós demoramos. Você sabe aquele jogador que tenta passar a bola rápida e passa no pé do adversário? Ou aquele que tenta passar e não passa? Nós não quisemos fazer nada precipitado. Era para ter lançado o PAC antes de dezembro, depois eu pensei: bom, a cabeça do povo não está no PAC, está no Natal, está nas festas de fim de ano, então, vamos esperar começar o ano e vamos lançar o nosso Programa de Aceleração do Crescimento, porque ele vai permitir que a sociedade tenha uma compreensão, e eu acho que a imprensa tem contribuído para que o povo perceba o que está acontecendo no PAC.

A outra coisa que eu considero extremamente importante, é que o ato de hoje, não é apenas um ato histórico, porque nós estamos aqui assinando esses contratos para construção de 10 navios. O fato de hoje é histórico porque nós estamos dizendo ao mundo que o Brasil, em tecnologia de construção de plataforma, em tecnologia de construção de navios, não deve a ninguém no mundo. Não basta dizer que os coreanos produzem mais do que nós, eles produzem mais do que nós porque um dia, teve alguém que, de forma irresponsável, disse que o Brasil não ia mais produzir navios e ia terceirizar a nossa frota de navios. É por isso que a gente não vê mais navio com a bandeira brasileira, é por isso que a gente não vê mais navio aqui com trabalhador brasileiro, e vocês sabem o orgulho que um brasileiro sente quando está no exterior e vê uma bandeira do Brasil em qualquer lugar.

Eu fico imaginando daqui a 20 anos, o presidente da República que estiver governando este País, ou governador, chegar na China e estar lá um navio ancorado com a bandeira do Brasil, com trabalhador brasileiro, com o suor do trabalhador brasileiro.

Então, Eduardo, é uma alegria eu começar o PAC por Pernambuco. Tem gente que acha que eu tenho preferência por Pernambuco, eu não tenho

preferência, eu tenho uma razão sanguínea para tratar Pernambuco com a fidalguia que eu trato. Agora, o meu carinho e a minha consciência é de que o Nordeste precisa se desenvolver de forma equânime, de que nós precisamos dar um tratamento ao Nordeste, em função da particularidade de cada estado e de cada microrregião, em função daquilo que é possível fazer nos estados nordestinos.

Obviamente que o estado que tem um porto, como tem Suape, que as empresas resolveram fazer aqui em parceria com o governo do estado, fazendo o que tem que fazer, com o BNDES fazendo financiamento, com a Petrobras contratando, obviamente que quem tem um porto de Suape pode ter um dique seco, pode ter um estaleiro e pode ter muito mais coisas aqui.

Nós também queremos dizer para os companheiros deste País, que o Congresso Nacional teve uma contribuição importante para as coisas que estamos fazendo. Vocês estão lembrados que no final do ano eu disse que era preciso destravar o País. Destruar o País significa a gente fazer mudanças em grandes artigos, em pequenos artigos, até em vírgulas que, às vezes, acontecem antes do “d” ou depois do “d” e que isso tem um significado enorme para um burocrata que vai analisar se pode ou não pode. Nada contra o burocrata porque, no fundo, no fundo, ele está cumprindo a determinação da lei e, portanto nós temos é que mudar a lei para mudar o comportamento. E quando eu disse que era preciso destravar o País, é preciso que a gente tenha compreensão dos prefeitos, é preciso que a gente tenha a compreensão dos governadores, é preciso que a gente tenha a compreensão de deputados e senadores, de governadores de estado, da imprensa e da sociedade brasileira, porque uma sociedade não é movida apenas a projetos concretos, é movida também a crenças, a auto-estima, em o povo perceber que ele pode ser a válvula pela qual a economia brasileira não vai parar mais de crescer.

Quero terminar dizendo aos companheiros que acontece uma coisa que o povo não sabe. Noventa e cinco por cento das cargas exportadas pelo Brasil, são feitas por navios. Já disse o Sérgio Machado, apenas 4% de tudo que nós exportamos ou importamos é de navio brasileiro. Daí por que quando a gente vai fazer a contabilidade no final do ano, de entrada e saída de dinheiro, a gente se depara com uma triste realidade, de um déficit na balança comercial de 7, de praticamente 8 bilhões e meio de dólares, que poderiam ter sido pagos

a empresas brasileiras, a navios brasileiros, a empresários brasileiros, pagar salários brasileiros, para a gente poder transportar. A empresa, só a Petrobras utiliza 140 petroleiros, dos quais apenas 47% fazem parte da frota própria da Petrobras. Haverá um dia que nós poderemos ter um navio que não seja da frota, por excesso de exportação ou por excesso de importação, mas nós precisamos ter todos os navios de que nós precisamos para transportar a nossa riqueza.

Não é possível que a gente não tenha consciência que o Brasil não pode ter encomendado o último navio em 1989. Foi o Navio Livramento, que foi encomendado em 1989 e foi entregue apenas em 1996. Essa encomenda tinha sido feita bem antes. Portanto, era preciso um vento de travessia para romper com essa paradeira, e ele chegou. O seu nome agora é compromisso com a Nação, seu nome é planejamento público das prioridades nacionais, seu nome é manejo responsável dos recursos disponíveis, seu nome, enfim, é política de desenvolvimento voltada para o conjunto da sociedade, isso chama-se programa de aceleração da economia.

O vento de hoje ilustra essa consciência histórica que sopra como um vento de popa na nossa economia. A esperança não é mais uma vela arriada no porto, é uma travessia com rumo certo e mão firme no leme. Vai garantir um índice de nacionalização de 65% das encomendas, e o José Sérgio sabe, o Sérgio Machado sabe, que quando a gente se compromete a utilizar 65% de índice nacional, a gente termina obtendo 70, 75, 80%, como em alguns casos, de parte das plataformas. Vai gerar uma demanda de 290 mil toneladas de aço, 125 mil toneladas de tubos, cerca de 2.200 quilômetros de cabos elétricos e 6 milhões de litros de tinta para o acabamento dos navios que vamos fazer aqui em Suape. É por isso que se diz que a construção de um navio equivale ao surgimento de uma nova fábrica na economia nacional. É por isso também que o governo, a Transpetro e o BNDES não pouparam esforços para regionalizar esse Programa. É importante lembrar, Eduardo, que é difícil, porque cada estado quer que tudo seja feito no seu estado. É verdade, cada estado acha que o presidente da República tem que definir a obra para cada estado, é como se o presidente fosse um pai de 27 filhos e um quisesse ter privilégio sobre o outro. E todo mundo que é pai sabe que um filho, Renata, você que é experiente nisso, não é nossa primeira-dama?, sabe que uma mãe e um pai

não podem ter preferência por um filho, por mais dengoso, por mais bonito que ele seja. Todos os estados têm que ser tratados em condições de igualdade, só que tem alguns que precisam mais do que outros e são esses que nós precisamos tratar.

Muitos chegaram a dizer: “é mais barato comprar navio no exterior do que erguer um novo estaleiro no Porto de Suape para garantir a participação do Nordeste no projeto”. Não é essa a nossa visão de desenvolvimento, nem é essa a visão de país que orientou o investimento de 504 bilhões de reais, previsto no nosso programa de aceleração da economia. Nossa lógica é outra, e é por ser outra que o PAC destinou ao Nordeste o espaço que o Nordeste tem o direito de ocupar no Brasil. Eu sonho em ver o Nordeste brasileiro ser tratado, nordestinos e nordestinas, nem mais e nem menos, apenas iguais aos outros milhões de brasileiros que moram em regiões melhores que o Nordeste, do ponto de vista do desenvolvimento. Esse direito significa mais de 80 bilhões e meio de investimento de infra-estrutura no Nordeste. O povo nordestino ficará também com 36% dos investimentos previstos em saneamento básico, habitação popular, Luz para Todos e obras hídricas. Nesse período, 36% dos investimentos virão para a região Nordeste. São mais 43 bilhões de reais que virão para o sertão, o agreste e o litoral, em obras que beneficiam diretamente o povo do campo e da cidade.

A atenção e o cuidado com o Nordeste não é um favor do governo, muito menos do presidente da República, é uma prova de coerência, de um plano de governo que enfatiza a repartição social e regional da riqueza e não compactua com privilégios, nem com a exclusão de modelos anteriores de desenvolvimento. O Nordeste tem quase 30% da população brasileira. Metade das famílias mais pobres do País vivem aqui, quase 50% dos brasileiros do Nordeste ganham salário mínimo.

Portanto, a aceleração do crescimento econômico tem que passar pelo Nordeste e o Nordeste tem que passar por um ciclo de prosperidade com distribuição de renda, porque o Brasil todo vai ganhar com o desenvolvimento do Nordeste. Essa é a diferença entre um plano de desenvolvimento e uma lista de obras, ou uma lista de promessas técnicas. Essa é a diferença entre o planejamento público comprometido com a nação e a terceirização da vontade nacional, que vinha sendo colocada em prática.

A diferença é que agora nós temos metas e projetos que se harmonizam e se reforçam, temos recursos públicos garantidos, gestão competente, data para começar e prazo para terminar. Estamos falando, meus amigos e minhas amigas, não só dos navios da Transpetro, mas também da refinaria binacional de Abreu e Lima, aqui em Suape, que se Deus quiser, em julho estarei aqui com o José Sérgio Gabrielli, com o presidente da PDVSA, o ministro Ramírez, e com o presidente Chávez, liderados pelo nosso governador, para que a gente comece a terraplanagem no terreno para construir a refinaria.

Estamos falando também do gasoduto Cacimbas/Catu, o famoso Gasene, de investimento de mais de 500 milhões de reais, e já garantimos a implantação de 1.660 km de tubulação. Estamos falando ainda da duplicação da BR-101 Nordeste, um projeto que vai beneficiar do Rio Grande do Norte até a Bahia. Eu ainda não falei aqui da Transnordestina, que já começou a ser feita e se Deus quiser, junto com o Eduardo Campos, vamos fazer um passeio, ainda nesse mandato.

Meus amigos e minhas amigas,

O conjunto destas obras, que incluem ainda o biodiesel, recoloca a economia a serviço de toda a sociedade. Portanto, estendo a todos os brasileiros o direito de compartilhar da riqueza nacional. Ideais e sonhos de muitas gerações renascem mais fortes nesse programa. Porém, o espírito republicano de harmonia regional é o mesmo que marcou um dos símbolos dessa luta. Falo de um nordestino, filho da Paraíba, um homem público exemplar que lutou pelo Nordeste porque amou o nosso País e morreu acreditando na capacidade de nossa gente de comandar a construção do seu destino. Falo do nosso saudoso professor, companheiro, mestre, o nosso irmão Celso Furtado, que não está mais entre nós.

Queria dizer, antes de terminar, Eduardo e companheiros de Pernambuco, que tem uma revolução em marcha neste País chamada biodiesel. Possivelmente, nem todas as pessoas ainda tenham dimensão ou estejam familiarizados com a palavra biodiesel. O biodiesel não é a negação do petróleo, ele é a complementação de uma política energética que vai permitir que ao invés de a gente tirar óleo apenas de um poço da Petrobras de 4 mil metros de profundidade, a gente vai cavar uma covinha de 30 cm ou de 20 cm, vai plantar um pé de mamona, um pé de pinhão manso, um pé de girassol, um

pé de dendê, um pé de soja, e a gente vai poder, sem precisar cavar 2 mil metros, apenas estender a mão e começar a produzir o biodiesel do futuro, porque se nós quisermos despoluir o planeta, o Brasil pode ser a força motor dessa nova matriz energética que o mundo precisa.

Os Estados Unidos estão produzindo etanol de milho, sai praticamente 3 vezes mais caro que o nosso álcool. E milho, na verdade, não deveria ser utilizado para produzir álcool, mas sim para dar comida para as nossas galinhas, para os nossos porquinhos, para os nossos animais, até porque o povo também precisa de muita proteína para sobreviver, e poderia estar produzindo álcool de cana.

Eu sonho que o Brasil, dentro de 15 ou 20 anos, será o grande centro, a grande matriz de energia renovável no mundo. Não tem nenhum país do mundo que tenha a qualidade que o Brasil tem. Nós, aqui, não temos terremoto, não temos neve, não temos furacão, não temos tufão, não temos nada. Aqui, nós não temos obstáculos a não ser nós mesmos.

E o biodiesel, ele é visto de forma empresarial, portanto, nós vamos precisar de grandes projetos de produção de biodiesel com a soja, com o girassol, com o dendê, mas ele tem uma função social, uma parte dele tem que ser produzida para ajudar o pequeno produtor rural brasileiro. Por isso criamos uma lei que dá benefício ao empresário, que contrata a produção do pequeno produtor, porque não adianta a gente repetir o modelo da cana-de-açúcar no Nordeste, em que a gente tem um usineiro muito rico e seus trabalhadores passando fome na usina, ficando desempregado grande parte do mês.

É preciso mudar a lógica da perversão do modelo de desenvolvimento deste País, porque aquele que tinha, não era democrata, e como eu sou um democrata convicto, acredito na democracia, não como meio, mas como fim, porque somente a democracia é que permitiu que metalúrgico fosse presidente da República, somente a democracia é que permite que a gente possa ter ascensão.

Eu quero dizer para vocês que o nosso modelo de desenvolvimento é tão democrático, vai fortalecer tanto a democracia que o nosso povo vai ser incluído nessa tal de democracia. E para ser incluído nessa tal de democracia, não basta garantir ao povo o direito de gritar que está como fome, é preciso

garantir ao povo o direito de trabalhar, de comer, de estudar e de ter acesso a todas as riquezas produzidas neste País.

Muito obrigado, boa sorte, e viva o nosso estado de Pernambuco.

Leia o release e a entrevista sobre o assunto:

<http://www.info.planalto.gov.br/download/notas/rel300107.doc>

<http://www.info.planalto.gov.br/download/Entrevistas/PR020-2.DOC>

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Usina de Biodiesel da Brasil Ecodiesel

Crateús-CE, 31 de janeiro de 2007

Companheiros e companheiras do nosso querido estado do Ceará,
Mulheres e homens do nosso querido Nordeste,
Meu companheiro Cid Gomes, governador do estado do Ceará,
Meus companheiros ministros,
Meu caro Nelson, da Brasil Ecodiesel,
Deputados federais,
Deputados estaduais,
Vereadores,
Secretários de estado,
Companheiros da imprensa,
Companheiros do nosso querido Brasil,

Eu não queria começar a minha fala sem antes pedir para o professor, nosso cientista, pesquisador, Expedito Parente, vir aqui, junto de mim, porque normalmente os estados mais pobres do Brasil só aparecem na televisão nacional quando tem uma desgraça. Agora, quando a gente consegue produzir, num estado nordestino, um cientista da qualidade do professor Expedito Parente, companheiro que é o responsável pela existência do biodiesel neste País, que um dia descobriu que a gente, tirando óleo da mamona, não tira apenas para fazer óleo de rícino, que poderia fazer combustível; que esmagando girassol e tirando o óleo, a gente poderia fazer combustível; que esmagando qualquer planta que tenha óleo, a gente pode tirar um combustível e esse combustível fazer um carro andar, fazer um avião andar, fazer um ônibus andar, esse homem, na verdade, começou a fazer uma revolução de muita importância, tecnológica e científica, na década de 80. E durante mais de 20 anos ficou apenas como uma tese acadêmica experimental, porque qualquer político neste País falava do biodiesel, mas quando você ia espremer o discurso, não tinha uma gota de biodiesel no discurso dessas pessoas.

Imaginem se este homem tivesse aparecido em todas as televisões brasileiras, em cadeia nacional, em 1985, mostrando a sua descoberta, o que nós já não poderíamos ter mudado na história da matriz energética brasileira.

E eu estou preocupado, meu caro professor, porque aqui tem muita gente humilde. Eu estou vendo aqui gente que é professor, aliás, tem uma placa: “Presidente Lula, vê se regulamenta logo o piso do professor”. Meu Deus do Céu, os deputados não estão nem trabalhando ainda, porque vão começar a trabalhar amanhã, criatura! Tenha paciência, que nós vamos fazer, vamos regulamentar, até porque nós criamos o Fundeb para isso. Uma das coisas é regulamentar o piso dos professores no País inteiro.

Então, vejam, eu sei que aqui tem muita gente letrada, mas tem muita gente humilde. E a gente está falando em biodiesel, “triodiesel”, não sei das quantas, e eu fico com medo que vocês voltem para casa e falem: “Que diabo de biodiesel é esse?” Bem, eu queria que o nosso querido Expedito Parente, em três minutos, aqui, dissesse o que é essa obra que Deus pôs na terra quando criou o mundo, pouco aproveitada pelo ser humano, e que agora está sendo utilizada não apenas para tocar carro, caminhões, despoluir o Planeta mas, sobretudo, é a grande possibilidade que nós temos de transformar o semi-árido nordestino numa região produtiva, geradora de riquezas, geradora de renda e de cidadania. Tinha gente que falava assim para mim: “Presidente, porque não leva um cassino lá para o semi-árido?” Eu fiquei pensando: o que vai acontecer com um cassino? Vai ter um monte de rico desfilando para jogar e um monte de pobre pedindo esmola ao lado para poder sobreviver. Não, nós tínhamos que pensar alguma coisa que gerasse emprego para o agricultor. E foi obra de Deus, podem ter certeza, que me fez ser convencido, em 2003, de que o biodiesel teria que ser implantado, e ele deveria ter, na legislação que nós aprovamos no Congresso Nacional, daí a minha gratidão a Aloízio, que era o líder do governo na época. Ele tem uma característica social, de fazer com que uma parte do biodiesel seja produzida da manona, do pinhão manso e de outras plantas que dão no semi-árido nordestino, para que a gente dê a esse povo sofrido o orgulho de dizer: “não somos apenas nordestinos, não somos apenas cearenses ou brasileiros, somos, sobretudo, cidadãos, e queremos ser tratados com respeito e dignidade no nosso País”.

Antes de eu continuar, eu queria que o professor Expedito Parente

pudesse dizer, até para a imprensa saber o que é isso e escrever direitinho no jornal, o que é essa coisa do biodiesel. Meu querido professor.

Expedito Parente:

“Muito obrigado, Presidente. O biodiesel, quando foi concebido, em 1977, foi concebido como um combustível coletivo, não é um combustível solitário, é um combustível coletivo. Ele deverá ser muito mais do que um simples substituto do óleo diesel, porque é um combustível social, é um combustível verde, é um combustível estratégico e tem condições de resolver a miséria brasileira, ao mesmo tempo em que gera riquezas. O biodiesel tem feições regionais. No Nordeste, por exemplo, você tem que casar uma motivação com a vocação regional. No Nordeste, qual é a grande motivação? É resolver o problema da miséria. Vivem, no Nordeste, 2 milhões de famílias de nordestinos, no campo, de uma forma paradoxal. Essas pessoas estão lá para produzir alimentos e vivem com fome. Então, o biodiesel tem esse fôlego pelo mercado, que é muito grande, de resolver esse problema da miséria. E quais são as vocações regionais? As vocações regionais são a mamona, o pinhão manso e uma série de oleaginosas nativas, que não se conhece hoje, que precisam ser domesticadas e que, algum dia, poderão ser oleaginosas comerciais. Eu acho que é um grande desafio para a comunidade agrônômica transformar essas oleaginosas nativas em oleaginosas domesticadas produtivas. O Ceará, o Nordeste tem muito dessas oleaginosas. Na Amazônia, o que é o biodiesel? Na Amazônia é dose dupla, é não só inclusão social, como integração nacional. Vivem milhares de comunidades isoladas, sem oportunidades, sem energia. Isso se pode fazer através da vocação que existe lá, que é exatamente o extrativismo. São inúmeros, nós estudamos quase 100 plantas da Amazônia que podem produzir biodiesel. Então, é um projeto diferente daqui. O que é o biodiesel na região Sul e Centro-Sul? É resolver o problema do ambiente nessas grandes cidades. Na Europa, por exemplo, hoje morre mais gente com tuberculose do que com Aids. Então, o biodiesel, se misturado com o diesel a 25%, elimina a fuligem, que é o grande vilão da tuberculose moderna.

Presidente, eu quero assumir, diante desta gente aqui, um compromisso

com o senhor. Eu, dos meus 30 anos de reflexão, venho analisando e esse casamento feliz da tecnologia com o trabalho – trabalho representado pelo senhor – eu me comprometo a colaborar, voluntariamente, com o senhor no aperfeiçoamento desse Programa do Biodiesel, conferindo esses atributos que eu lhe falei agora, e estendendo toda essa sua política para os países emergentes, não só da América Latina, como da África, etc.”

Eu queria a exposição balizada de um homem cearense, portanto, um companheiro que não deixa dúvida das suas intenções e da sua objetividade para com o Nordeste brasileiro. Mas queria dizer mais para vocês: por que o mundo precisa de biodiesel, do óleo vegetal, e por que o mundo precisa do álcool, o álcool combustível? Por que o mundo precisa disso? O mundo precisa de energia limpa, porque a poluição que se joga no ar todo santo dia, sobretudo por conta dos países ricos, está impedindo que a gente tenha uma camada de ozônio, que é uma espécie de uma capa de proteção para que os raios solares não venham diretamente para a Terra e não possam causar câncer nas pessoas, câncer de pele, que muita gente tem. Para que a gente evite esse prejuízo à humanidade, que está derretendo as calotas de gelo, que está fazendo mudanças no Oceano Atlântico, que está fazendo chover mais em algumas regiões do País, fora de hora, que está fazendo mais frio em outras regiões, fora de hora, toda essa mudança no Planeta tem uma razão: é a quantidade de gases poluentes que é jogada no ar todo santo dia. A gente não percebe, às vezes as crianças percebem, porque começam a ter bronquite, começam a ter asma. Quem de vocês já não correu para um pronto-socorro para fazer inalação em uma criança? A gente começa a tossir mais, a gente começa, aos poucos, a sentir os efeitos da poluição.

Mas é preciso tomar consciência e dar um basta nisso. Um país como os Estados Unidos, que é o maior poluidor do planeta Terra, que não quis assinar o Protocolo de Quioto, que teria que utilizar combustível limpo, continua poluindo. As indústrias deles continuam crescendo cada vez mais. E nós estamos aqui, humildemente, dizendo para eles: nós não somos considerados, ainda, do Primeiro Mundo por conta do desenvolvimento econômico, mas por conta do compromisso com a Humanidade, o Brasil não deve nada a ninguém. E o biodiesel é a nossa grande esperança. Hoje, só para vocês terem idéia, a nossa querida Petrobras, para fazer prospecção de petróleo, ou seja, tirar

petróleo do fundo do mar, às vezes é obrigada a colocar uma broca a 2 mil metros de lâmina d'água, dois mil metros só de água. Dá para matar qualquer um de nós afogado. Dois mil metros de profundidade. Depois que chega na terra, depois de 2 mil metros de água, ainda tem que perfurar mais 2 ou 3 mil metros de terra. Qualquer dia a Petrobras vai sair com a cabeça do japonezinho, lá grudada, nas brocas dela. São quase 5 mil metros de profundidade entre lâmina d'água e terra para a gente achar petróleo, e do petróleo tirar o diesel, tirar a gasolina, tirar a nafta, tirar o querosene.

O que nós estamos tentando mostrar ao mundo? Ninguém precisa cavar um buraco de 5 ou de 2 mil metros. É cavar uma covinha de 30 centímetros, plantar um pezinho de mamona, plantar um pezinho de pinhão manso, plantar um pé de dendê, plantar um pezinho de algodão, porque o caroço do algodão também dá, plantar girassol, e depois é só levantar a mão, colher, moer, fazer a transesterificação, fazer o biodiesel e vender ao mundo. E colocar no motor dos nossos caminhões, dos nossos ônibus, para diminuir a poluição neste País e no mundo. Nós ainda enfrentamos resistência, não do povo brasileiro, mas em setores do mundo desenvolvido, em que tudo o que é bom é o que eles fazem. O que nós fazemos, não pode. Na Alemanha, já tem caminhão usando 100% de biodiesel, na França já tem, mas as indústrias deles aqui, no Brasil, só querem utilizar 2%, 3%, 4%. Enquanto isso, como presidente da República, eu sou obrigado a ver uma grande parcela da população brasileira não ter o direito de comer as calorias e as proteínas necessárias para deixar o ser humano forte e saudável para que ele possa estudar. Então, o Programa do Biodiesel é para fazer essa revolução, e o mundo vai entrar nela.

Eu quero – viu, Expedito – daqui a 10 ou 15 anos, ver o que está acontecendo no mundo. Os Estados Unidos, por exemplo, eles fazem álcool de milho. Ora, meu Deus do Céu, milho é para a gente dar, para encher o papinho da nossa galinha, para dar um pouquinho de milho para o bode, para dar um pouquinho de milho para os animais. Milho é para fazer tapioca, é para fazer farinha de pão, para fazer pão. Ou seja, milho é para dar alimento para a gente. Por que gastar a fortuna que eles estão gastando para fazer álcool de milho? Vocês já sabem o que é uma galinha criada com milho, olha a cor da gema da galinha criada com milho e olha a cor do ovo da galinha criada com ração. Um, parece que está com hepatite, branquinho, o outro está vermelho de saúde,

está saudável. Então, eu acho que é um desperdício gastar milho para fazer álcool, quando pode ser feito da cana-de-açúcar, em que a América Central, a África e o Brasil são imbatíveis.

É por isso que eu venho aqui, meu caro, querido amigo governador Cid Gomes, com muito orgulho. Cada vez que eu sou convidado para uma coisa de biodiesel, pode saber que eu estou lá. Não tem tempo, não tem chuva, não tem distância. Eu, quando ia chegando aqui, falaram: “Puxa vida, vai chover e não dá para descer no aeroporto”. Eu falei: “Que não desça, mas que chova, porque a chuva é mais importante para o nordestino do que qualquer coisa”. Graças a Deus, Deus vai esperar eu sair para chover, senão o avião não consegue decolar.

Mas nós estamos apostando nessa política do biodiesel como a possibilidade de gerar emprego para a agricultura familiar e para o agronegócio. Nós não somos contra o que o grande empresário possa produzir, nós não somos contra que possa ter soja, pelo contrário, estamos incentivando, porque quando o biodiesel entrar de verdade na matriz energética deste País, nós vamos precisar de muita coisa para produzir. Mas, uma coisa os empresários, os ministros, têm que ter certeza de que esse projeto tem compromisso de honra com duas coisas: com o semi-árido nordestino, que não tem muitas opções, e com a agricultura familiar.

Ao invés de um só empresário comprar 300 mil hectares de terra e fazer um mamonal só, que fica feio, é melhor a gente pegar o pequeno produtor, que tem dois hectares, planta 1 e meio de mamona, o outro cria a sua vaquinha, a sua cabrinha, a sua galinha, planta girassol e vai comprando, quem tem 10 hectares, 15 hectares. A gente vai garantindo um salário para o pequeno produtor e a gente vai melhorando a vida desta região. Já no começo do século passado muitos cearenses tiveram que andar, na verdade, eu não sei quantos dias, cento e poucos dias, muitas vezes a pé e de barco para ir para o Acre fazer com que a borracha fosse o que foi no começo do século. Eu acho que o lugar do sertanejo é no sertão. Ele gosta, ele sabe conviver ali e o Estado precisa cuidar de dar oportunidade de trabalho.

Bem, é por isso que eu sou orgulhoso do biodiesel. A Petrobras já tinha auto-suficiência, quanto mais petróleo a gente achar, a gente vai exportar um pouco mais, vai entrar mais dólar para cá, um pouco de dólar que entra, a

gente coloca no biodiesel, e daqui a pouco a gente está exportando petróleo, biodiesel, álcool e o que mais quiserem importar. Posso dizer para vocês: o mundo vai ter que entender que o Brasil é imbatível na produção de energia renovável, na produção de energia limpa. E não depende do mundo para a gente produzir, Expedito, depende de nós, porque você sabe que as tuas descobertas ficaram décadas nas gavetas. Ninguém tomava decisão. E por que não tomava? Porque a indústria automobilística não queria. E quem tem que pensar no povo é o presidente da República, o governador do estado, o prefeito, os deputados, não é alguém que, por interesse econômico, diz: “tal coisa pode ou tal coisa não pode”. O biodiesel é, para nós, uma questão, não de honra, mas de soberania e de maior participação neste mundo globalizado, limpando o Planeta que outros estão sujando.

Por isso, meus companheiros, eu estou aqui. Estou aqui, orgulhosamente, vendo mais uma fábrica de biodiesel ser inaugurada, ver os trabalhadores ali. Antigamente, mamona valia tão pouco que a gente dizia: “quer vender alguma coisa? Quanto custa? É preço de mamona, é preço de banana”. Agora, não. Agora, isso aqui vale dinheiro para muita gente que não ganhava nada. Vale garantia de que as pessoas terão um trocadinho no final do mês para levar comida para casa.

E vale mais, vale para que o Brasil seja a maior potência energética do século XXI, que é este o desafio que está sendo colocado para nós. Ninguém tem as nossas condições. Pode até ter país maior do que o nosso, mas lá tem neve, lá tem furacão, lá tem tufão, lá tem terremoto, lá tem um monte de coisas. Aqui, não. Aqui falta um pouquinho de chuva, mas agora nós vamos fazer a transposição do rio São Francisco, e a água que faltava no Ceará vai vir para cá. Não é possível que milhões de brasileiros continuem vendo o seu cabritinho morrer, vendo as famílias passarem necessidade, porque não tem água. Então, nós vamos trazer agora. O Supremo Tribunal, Cid, já derrubou a liminar, o São Francisco está no PAC, portanto, será inexorável a gente trazer água, tornar todos esses açudes perenes, não faltar mais água, e aí as pessoas poderão pegar um pouquinho, não apenas para beber, mas também para cuidar das coisas que precisam plantar para comer.

Deixem-me falar uma coisa. Meu irmão, veja, nós temos um problema que não vai ser resolvido da noite para o dia. Nós precisamos produzir muitas

mudas de mamona, nós precisamos produzir mudas de pinhão manso. O pinhão manso é uma planta... Cadê o meu pé de pinhão manso? Ficou por aí? O pinhão manso é uma planta, que eu fui visitar agora, que você planta e depois de três anos começa a colher, ela dá durante 50 anos, e se tiver água, ela dá o ano inteiro. Imagine o que é você plantar uma planta e depois, durante 50 anos, aquela planta te dar dinheiro para sobreviver. Então, meus companheiros, eu estou feliz, mas mais feliz, ainda, Cid, estou pelo lançamento do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Isso aqui é o pinhão manso, olha. Esta planta dá, no máximo, dois metros e meio, três metros, a gente tem que podá-la para que ela fique ao alcance da mão, para depois não ter que fazer escada e ficar o trabalhador embaixo: “não posso colher, porque está muito alta”. Então, é bom podar para ela crescer para os lados e não crescer para cima, e isso aqui dá esta plantinha. A minha já tinha planta, tiraram, algum abelhudo aqui. É uma parente da mamona, não é? É prima da mamona, mas é chamada de pinhão manso porque é manso. Eu fui visitar, agora, um pé aqui, o pé da mamona já está seco por causa da seca, mas o pinhão manso está verdinho, porque o bicho vai mais fundo buscar água. Ele tem uma seiva que quando não tem água, ele vai consumindo a sua própria seiva. É como nós, quando temos sede vamos mastigando a nossa saliva e vamos vivendo. Se alguns podem, matam a sede com cerveja, que não é tão mal assim, os outros que podem matam com outra coisa qualquer. Mas é a lei da sobrevivência.

Mas o que é importante, companheiros, o que é importante, gente, é que pela primeira vez nós pensamos um programa de desenvolvimento que leva em conta o Nordeste brasileiro. Nós estamos destinando, no PAC, 80 bilhões e 500 milhões de reais para o Nordeste. Só de saneamento básico nós estamos propondo 5 bilhões e 400 milhões. E só para a questão hídrica, para resolver o problema da água no Nordeste, são 11 bilhões e 700 milhões que nós estamos colocando para o Nordeste brasileiro.

Então, meus companheiros e companheiras, eu só quero pedir para vocês o seguinte: compreensão. Este companheiro acabou de ganhar as eleições para o governo do estado, não fiquem pensando que ele pode fazer milagre do dia para a noite porque, muitas vezes, a gente vai no campo ver um jogo, o time da gente não marca um gol nos primeiros cinco minutos, a gente já

fica vaiando o jogador. Não! Tem que esperar acabar o jogo. Esse moço é um homem de bem, é um homem que certamente vai fazer as coisas para este estado. Agora, nem vai poder fazer tudo o que ele quer fazer, e o que vocês precisam, porque não tem tempo e não tem dinheiro. Eu quero dizer, Cid, que nos bons e nos maus momentos saiba que lá em Brasília você não tem um presidente, você tem um companheiro para todas as horas, para enfrentarmos juntos essa situação.

Eu não tenho nada contra nenhuma outra região do País, gosto de todas. Sou pernambucano, devo tudo o que sou na minha vida a São Paulo, porque foi lá que eu aprendi as coisas que eu sei. Mas, como presidente da República, eu ajo como se fosse uma mãe: eu posso ter 50 filhos, eu sempre vou dar carinho maior para aquele que está mais necessitado, para aquele que está mais fragilizado. E o Nordeste brasileiro, durante muitos anos foi o “patinho feio” da história deste País. Durante muito tempo, o Nordeste foi tratado como se aqui fosse um local de segunda categoria. E eu não quero o Nordeste melhor do que São Paulo, não quero São Paulo melhor do que o Nordeste, eu quero um Brasil equânime, um país justo, em que as pessoas de São Paulo possam vir trabalhar aqui, como as daqui podem ir trabalhar lá. O que eu não quero é que os pobres daqui fiquem perambulando pelo mundo atrás de uma oportunidade. A oportunidade tem que surgir aqui, e somos nós, governantes, que temos que causar essa oportunidade para esse povo.

No mais, meus queridos companheiros e companheiras, eu vinha dizendo para o Cid, aqui, que é uma coisa mais de Fortaleza, nós estamos fazendo duas coisas importantes para o Ceará. Primeiro, um pólo siderúrgico lá em Fortaleza, que vai sair, Cid, não se preocupe com a discussão da Petrobras com as multinacionais, esse pólo vai sair porque é uma necessidade para o Nordeste brasileiro. Segundo, a Transnordestina, que é uma ferrovia que vai ligar o Porto de Suape ao Porto de Pecém, passando por Elizeu Martins, no Piauí e, certamente, depois, vai chegar até a Bahia, para que a gente transporte, de trem, praticamente grande parte da carga que é produzida nessa região para os dois portos mais importantes, que é o Porto de Pecém e o Porto de Suape.

Se a gente fizer tudo isso, e, agora, nós temos mais, aí, uns meses para apresentar, porque nós vamos fazer um grande programa de inclusão digital

neste País. Eu disse, no dia da posse, e vou dizer agora: cada cidade brasileira vai ter acesso à Internet banda larga, e cada escola pública vai ter acesso à Internet neste País. É preciso acabar com essa mania de que computador é coisa de rico, já foi. Computador, hoje, é uma necessidade de desenvolvimento do País, é uma necessidade para que a gente prepare o Brasil para competir com o mundo mais avançado, do ponto de vista da informática.

E eu acho que não pode ser o computador o discriminador, o criador das diferenças de classes sociais. Não é justo que uma criança com bens possa ter quantos computadores quiser na sua casa, e uma criança pobre não tenha nenhum na escola, para estudar. Pois vai ter, podem ter certeza que nós vamos digitalizar este País.

Da mesma forma que o meu compromisso está de pé: aqui o prefeito falou numa extensão universitária. Se Crateús é a cidade-pólo da região, podem ficar certos de que aqui vai ter uma extensão universitária e vai ter uma escola técnica profissional para ensinar profissão para essa juventude brasileira. Além do que, nós vamos melhorar as nossas políticas sociais. Vamos melhorar porque tem coisas para serem ajustadas, vamos ajustar.

Eu só quero pedir a compreensão de vocês para o seguinte: o que nós anunciamos, para o desenvolvimento do Brasil, não acontece do dia para a noite, é um processo de construção em quatro anos. E ele vai acontecer, porque o meu grande sonho é que eu consiga deixar para quem vier depois de mim, na Presidência, um Brasil muito melhor do que aquele que eu recebi quando tomei posse, em 2003.

Muito obrigado. Parabéns à Brasil Ecodiesel. Parabéns ao governador e parabéns ao povo de Crateús. Um abraço.

Eu estou vendo aqui uma placa: “Salve a Agrolusa, em Ibiapina”. Meu companheiro, se você não me der um documento dizendo o que é isso, para eu poder cuidar, vai ser difícil. Se você quiser me dar a faixa, eu levo, para ver o que é, mas assim, de supetão, é difícil eu dizer o que fazer, porque eu não sei qual é o problema.

Segundo, gente, o Manoel dos Santos já falou, nós vamos ver, vamos cuidar dessas coisas. Nós temos que ter tempo para tudo. Uma coisa vocês têm que saber: eu aprendi muito, sei muito mais hoje, conheço mais a máquina, tenho muito mais amigos, muito mais governadores aliados. Agora,

certamente, a gente não terá as dificuldades que nós tivemos no primeiro tempo. E nós vamos, agora, no segundo tempo, mostrar por que chegou a vez e a hora de o Brasil crescer.

Um abraço. Que Deus abençoe todos vocês, e até outro dia.